



# Anais da Assembleia

N.º 90

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 77.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielese Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vanconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Estão em discussão as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requiro verificação de votação das atas.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) — Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

36 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requiro certidão dos Senhores Deputados presentes e ausentes da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere.

A Presidência procederá a verificação de votação, requirida anteriormente pelo Senhor Deputado Ivan Gubert.

(É procedida a verificação de votação)

29 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovadas as atas.

A Mesa solicita a Diretoria Legislativa que providencie as certidões requeridas pelo Senhor Deputado Paulo Furiatti, em função da aprovação das atas, certificando as presenças dos Senhores Deputados que responderam as chamadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) — Gostaria que o Senhor 1.º Secretário colocasse a nossa presença.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa registra a presença de Vossa Excelência e o Senhor 1.º Secretário prosseguirá a leitura do expediente.

Mensagens:

MENSAGEM 151/85

Curitiba, 03 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 031/85-COMEC, celebrado em 06 de agosto de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, com a interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética - PME/Pr. - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS na municipalidade, com vistas à implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— A Diretoria Legislativa

MENSAGEM 152/85

Curitiba, 03 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SAREM/N.022/85, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, com vistas à cooperação técnica e financeira no sentido de que sejam concedidas bolsas de estudo para que técnicos brasileiros, não residentes em Curitiba, participem do III Curso Internacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano, com o escopo de dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira da SEPLAN com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— A Diretoria Legislativa

MENSAGEM 153/85

Curitiba, 03 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 299/84 celebrado em 16 de agosto de 1985 entre o Estado do Paraná e o Município de Santa Mariana, com vistas à aplicação de recursos financeiros do Programa de Ação Municipal - PRAM na municipalidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço a distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 154/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, até o valor de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros).

O Crédito Especial proposto tem por finalidade a abertura do elemento 3.1.2.0 - Material de Consumo, subelementos 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos, 3.1.3.1. - Remuneração de Serviços Pessoais e 3.2.3.1. - Subvenção Social e terá como abertura os recursos da própria Entidade, segundo o disposto pelo item II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial, ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, para abertura do elemento 3.1.2.0 - Material de Consumo, subelemento 3.1.3.1. - Remuneração de Serviços Pessoais, 3.1.3.2. - Outros Serviços e Encargos, 3.2.3.1. - Subvenção Social não programados com recursos diretamente arrecadados.

Art. 2º. Servirão como abertura do Crédito Especial de que trata o artigo, recursos da própria Entidade, segundo o disposto pelo item II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 155/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para abertura de Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, destinados a atender despesas com Pessoal, Material de Consumo, Precatórios, PASEP, Seguros de Vida e Auxílio Funeral, Serviços Médicos, Aquisição de Medicamentos para a Farmácia

e pagamento dos Pensionistas.

Os recursos para cobertura dos supracitados créditos são oriundos da própria entidade, conforme estabelecido pelo item II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, destinados a cobrir despesas com Pessoal, Custeio e Capital.

Art. 2º. Servirá como recurso para a cobertura dos créditos de que trata o artigo 1º desta lei, o estabelecido no item II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 156/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR até o valor de CR\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Materiais de Consumo. Equipamentos e Materiais Permanentes e Transferências a Municípios, com a seguinte classificação:

DOTAÇÃO	SUBELEMENTO
7800.13754282.557	3.1.1.1 - 3.1.1.3 - 3.1.2.0 - 3.1.3.2.
	4.1.2.0 - 4.3.2.3.

Os recursos para cobertura do supracitado crédito são oriundos da própria entidade, conforme estabelecido pelo item II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR.

Art. 2º. Servirão para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo item II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 31 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Através da presente encaminho a Vossa Excelência, para fins de deliberação dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa proposição formulada pelo Egrégio Tribunal de Alçada, objetivando criar os cargos de provimento efetivo que especifica, bem como adotar outras providências, conforme Ofício n. 47/85, da Presidência daquela Corte de Justiça, a mim dirigido em 6 de maio próximo passado, e cujo inteiro teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI 183/85

Art. 1º. Ficam criados 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico, Código PJ-TA-100, Nível 3 e 2 (dois) de Assistente Técnico Administrativo, Código PJ-TA-108, Nível 5, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Parágrafo Único — O preenchimento de cargos previstos neste artigo, dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 2º. Em consequência do contido no artigo anterior, os cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico, Código PJ-TA-100, Níveis 2 (dois) e 2 (três), previstos na Tabela II, do Anexo I, da Lei n. 7577, de 12 de maio de 1982, passam a ter, mantido o mesmo Código, os níveis de vencimentos 1 (um) e 2 (dois), respectivamente.

Art. 3º. A verba de representação de que trata o art. 5º, da Lei n. 7881, de 26 de julho de 1984, fica, a partir da data da publicação desta lei, estendida aos ocupantes dos cargos da classe de Assessor Jurídico PJ-TA-100, do Tribunal de Alçada.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta do Orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### TRIBUNAL DE ALÇADA

Curitiba, 06 de maio de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de rogar seu empenho no sentido de, atendendo aos preceitos constitucionais vigentes, remeter à douta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o incluso anteprojeto de lei, aprovado em sessão plenária do Egrégio Tribunal de Alçada do Estado, realizada em três do corrente mês e ano.

Visa o citado projeto, Senhor Governador, criar cargos de Assessor Jurídico símbolo PJ-TA-100, com os vencimentos correspondentes ao nível três e dois cargos de Assistente Técnico Administrativo código PJ-TA-108, com vencimentos correspondentes ao nível cinco, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal. Esclareço a Vossa Excelência, que atualmente, a Secretaria do Tribunal de Alçada conta com apenas dez cargos efetivos da carreira de Assessor Jurídico, classificados, três no nível um, três no nível dois, e quatro no nível três.

Isto, desde o advento da Lei n. 7.577, de 12 de maio de 1982. (Anexo I - Tabela II - Grupo Ocupacional Superior) e apenas 2 cargos de Assistente Técnico Administrativo, 1 no nível

quatro e outro no nível cinco (Anexo I - Tabela II, à Lei supracitada — Grupo Ocupacional Superior).

Inegavelmente, Senhor Governador, cresce consideravelmente o número de processos (recursos) que são protocolados na Secretaria deste Tribunal, como natural consequência da própria evolução econômica do Estado e dos fenômenos sócio jurídicos que provoca. Há necessidade de modernizar os trabalhos burocráticos e para tanto é indispensável que se criem alguns cargos, os quais, uma vez, preenchidos, permitirão mais celeridade nessas tarefas fundamentalmente burocráticas e de assessoramento aos órgãos superiores do Tribunal. Estes os fatores que impedem a propor a criação dos cargos aludidos, os quais, Senhor Governador, conforme se estabelece no parágrafo único do artigo primeiro do projeto, serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos, a fim de que os mais bem preparados intelectualmente, possam ser efetivamente admitidos.

Como resultante da proposição de criação dos aludidos cargos, é natural que se pretenda no artigo 2º do anteprojeto, remanejar o nível de categoria de Assessor Jurídico, passando os catalogados no nível dois, para o um, e os do nível três para o nível dois, ficando no início da carreira, apenas aqueles cuja criação agora se propõe. Já, quanto aos Assistentes Técnicos Administrativos, os cargos existentes não sofrerão qualquer modificação, acrescentando-se ao de nível cinco, mais dois.

Ainda, Senhor Governador, pretende-se com o anteprojeto, corrigir lamentável distorção praticada na Lei n. 7881, de 26 de julho de 1984. Em seu artigo 5º este Estatuto Legal, através da emenda originária da Assembléia Legislativa, atribuiu vantagem pecuniária aos Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça, e excluiu, inexplicavelmente, os Assessores Jurídicos do Tribunal de Alçada. Agora, através do artigo 3º do anteprojeto, a lamentável falha é sanada.

Finalmente, Senhor Governador, tomo a liberdade de anexar ao referido projeto dados elaborados pelo Departamento Econômico e Financeiro da Secretaria deste Tribunal, com relação as despesas atuais e as que advirão, caso a solicitação ora feita encontre efetivamente ressonância — como reparo — no alto espírito público de Vossa Excelência.

Louvo a ocasião, Senhor Governador, para renovar minhas manifestações de profundo apreço e grande consideração.

(a) JOSÉ MEGER.

Presidente

À Diretoria Legislativa.

Emenda:

### PROPOSTA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 136/85

Artigo único — O artigo 122 da Constituição Estadual, fica acrescido de um parágrafo único com 5 (cinco) incisos, na adequação de critérios de distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, a que se refere o parágrafo 9º do artigo 23 da Constituição Federal, alterado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional n. 17, de 02.12.80, com a seguinte redação:

Art. 122 — ...

Parágrafo Único — A distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, constituir-se-á dos seguintes percentuais:

- I — SETENTA E CINCO POR CENTO (75%) pelo critério do valor adicionado;
- II — DOZE POR CENTO (12%) pelo critério do número de habitantes;

- III - CINCO POR CENTO (5%) pela área territorial;
- IV - CINCO POR CENTO (5%) pelo número de propriedades rurais existentes, segundo levantamento do órgão oficial do Estado;
- V - TRÊS POR CENTO (3%) como fator fixo de distribuição igualitária a todos os municípios.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI, DIRCEU MANFRINATO,  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, RUBENS BUENO  
e CAÍTO QUINTANA.

Apoio: Donato Gulin, Adhail Sprenger Passos, Trajano Bastos, Francisco Escorsin, Sabino Campos, Gernote Kirinus, Péricles Pacheco, Amélia Hruschka, Erondy Silvério, Airton Cordeiro, Márcio Almeida, Gabriel Manoel, Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, Edgard Pimentel, Antônio Belinati, Ivan Gubert, Antônio Annibelli, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Tércio Albuquerque, Artágão Mattos Leão, Acir Mezzadri, Jorge Maia Filho, Edmar Luiz Costa, Homero Oguido, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Quielise Crisóstomo, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Fuad Nacli, Ezequias Losso, Tadeu França, José Antônio Fonseca, Tuguio Setogutte, Ferrari Júnior, Paulo Furiatti, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos, Eduardo Baggio e Sérgio Spada.

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de uma reforma tributária para aliviar o estado calamitoso que se encontra a situação financeira do município, não é do desconhecimento nacional.

Porém, não só a reforma tributária atua no campo das receitas municipais, pois os contidos na Constituição Federal, em seu parágrafo nono, do artigo 23, modificado pelo artigo terceiro da Emenda Constitucional número 17, preceituam medidas que podem, pelo menos, aliviar a situação caótica vigente.

Entretanto, até o presente momento, a nossa Constituição Estadual não tinha dispositivos reguladores e disciplinadores em relação aos prescritos na Constituição Federal, o que ensejou esta nossa iniciativa.

Acreditamos que desta forma, possamos começar colocando cobro em distorções existentes, dando início a uma política que possa dar aos municípios paranaenses a sua tão esperada emancipação econômica e financeira.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 183/85, objetivando criar cargos de provimento efetivo que especifica, bem como adotar outras providências (Tribunal de Alçada).

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de votação para os Projetos de Resolução ns. 62, 63, 64, 65, 66 e 67/85; Projetos de Lei ns. 321/84, 30/85, 35/85, 45/85, 133/85, 182/84, 15/85, 95/85; Projeto de Lei Complementar n. 85/84, na ordem em que estão enumerados.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e do Governo

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja procedida a votação nominal dos seguintes Projetos: de Lei Complementar n. 217/84 e de Lei n. 11/85.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS e PAULO FURIATTI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal para requerimento de votação nominal do Projeto 217/85.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, chamada nominal para efeito de votação em 2ª discussão do Projeto de Lei n. 217/84.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições e com base no Art. 126, do Regimento Interno, REQUER a juntada do Projeto de Lei n. 139/85 ao de n. 133/85, pois por tratarem da mesma matéria sejam transformadas numa só.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoio: ANTONIO ANNIBELLI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 79/85, de sua autoria, que dá nova redação ao Art. 21 e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424, de 17.12.80. (Servidor inativo poderá ter proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica).

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor GERMANO STRUB, ocorrido no dia 03 do corrente, em SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, dando-se ciência deste requerimento ao senhor ELIZEU STRUB, residente no referido município.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento sintetiza o pesar de toda a

comunidade de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, que perdeu um dos seus pioneiros.

Homem generoso e trabalhador. excelente pai de família, o senhor GERMANO STRUB, certamente deixou uma lacuna difícil de ser preenchida e grande saudade ao seu incalculável número de amigos.

Através desse requerimento, expressamos nossas condolências e inteira solidariedade à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dalzira Branch Santana.

Tal passamento vem consternar a sociedade, face a extinta ser tronco de tradicional família.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, a Rua Carlos Cavalcanti n. 378. Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital da Sra. ARACI MORAES DE SOUZA.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade, face a extinta ser tronco de tradicional família Curitibaana.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Herval n. 938. Bairro Cristo Rei.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ANGELINA MORO MALUCELLI, ocorrido na cidade de Ponta Grossa no dia 04 p. passado.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, a extinta era viúva do Sr. Victor Malucelli e deixa os seguintes filhos: Abegail Maria da Fonseca, Darci Malucelli, Angelo Malucelli e Victor Malucelli Júnior.

O passamento da Sra. Angelina Mouro Malucelli, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade local, onde gozava da estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Vicente Machado, 914 - Cx. Postal 164 - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JONAS BARREIRA DO AMARAL, ocorrido dia 04 do corrente em Florai.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Avenida Fagão, 35 em Florai.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Jonas Barreira do Amaral era antigo funcionário da Prefeitura de Florai, deixa viúva Dona Malvina Valeretto do Amaral e os filhos Rosana Helena e Gisele Aparecida.

O acontecimento veio consternar elevada parcela da sociedade local, onde cultivava exemplar espírito de solidariedade humana e pelas obras edificadas no município deixadas como marco de seu honrado trabalho. Sua morte deixa-nos comovidos e com a certeza de que se abre uma lacuna na vida comunitária de Florai.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. DALZIRA BRANDT SANTANA, ocorrido no dia 05.09.85, haja vista, ter sido a mesma Professora e atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco do Sul, e pessoa muito benquista e respeitada neste município.

Solicitamos ainda, seja enviado expediente à família enlutada no seguinte endereço: Rua Cel. Carlos Cavalcanti, 308 - Rio Branco do Sul - Pr.

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 10 de setembro de 1985.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da professora Isolda Bosso, ocorrido nesta Capital, no dia 08 transato.

O acontecimento foi motivo de consternação para a sociedade paranaense por tratar-se de uma pessoa de grandes sentimentos humanistas e defensora dos bens morais e sociais.

Reconhecidamente seus valores tanto profissionais como pessoais serão sempre lembrados e enaltecidos em sua memória.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos membros da Família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações a Mamborê pela passagem, que ocorre no dia de hoje, do 25.º aniversário de sua emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Ivo Bru-

netta; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Ricardo Radonski e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das agremiações partidárias existentes.

1960. Neste ano, exatamente no dia 25 de julho era criado, através da Lei n. 4.245, o Município de Mamborê. Desmembrando-se de Campo Mourão, esta data marcou um dos pontos históricos mais importantes da vida daquela cidade.

Em seguida a esta fase aconteceu a instalação do imóvel municipal. Era o dia 10 de setembro do mesmo ano, havendo, também, a posse do Excelentíssimo Senhor Nelson Chiminácio, como Prefeito nomeado.

A partir daí o Município de Mamborê passou, face a sua autonomia, a experimentar um elevado grau de desenvolvimento. Sua base de sustentação sócio-econômica, desde aquela época como nos dias atuais, eram as atividades agrícolas e pastoris, destacando-se os seguintes cultivos: arroz, feijão, mandioca, milho e principalmente (levando em consideração os índices atuais) a soja e trigo. A pecuária, tanto a de corte como a bacia leiteira também possuem grande destaque.

O Município de Mamborê compreende uma área total de pouco mais de 778,100 Km<sup>2</sup>, onde reside uma população de 15.427 habitantes. Suas ricas e extensas áreas são instrumentalizadas para o cultivo de várias plantas ou para o pastoreio, o que têm representado, sem dúvida nenhuma, a maior fonte de renda e riqueza do município.

Através desta síntese, pretende-se o registro nos Anais deste Poder Legislativo de aspectos relativos ao processo desenvolvimentista de Mamborê. Além disto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero, através do presente requerimento, homenagear os Poderes constituídos e o povo em geral, por uma questão de justiça e reconhecimento ao trabalho incansável que vêm realizando, contribuindo de modo decisivo e com singular destaque no âmbito nacional, notadamente no Paraná, no seu engrandecimento.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de aplauso e reconhecimento ao jornalista Aroldo Tissot, diretor do Jornal "Gazeta do Centro Oeste", de Campo Mourão.

Trata-se de um grande profissional da imprensa paranaense, cujo trabalho, feito com muito carinho, tem permitido que Campo Mourão tenha o privilégio de contar com um excelente jornal semanário, veículo que tem sido recompensado com a credibilidade da opinião pública local.

Mas, nem sempre o papel reservado à imprensa é bem aceito pelos marginais da nossa sociedade. Há dois anos, quando Aroldo Tissot e sua esposa Sônia voltavam para casa, após um dia exaustivo de trabalho, foram covardemente atacados por 3 capangas. A violência foi tão brutal que Sônia perdeu uma das vistas, sem que até hoje a polícia prendesse seus responsáveis.

Mesmo ainda, Sônia e Aroldo não se intimidaram e continuam em sua missão de produzir um grande jornal semanário.

O Paraná pode se orgulhar de poder contar com um jornal da expressão da "Gazeta do Centro Oeste", digno do respeito e da homenagem desta Casa de Leis, cuja decisão requeira seja comunicada ao jornalista Aroldo Tissot, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de congratulações à classe dos Médicos Veterinários, pelo transcurso do Dia do Médico Veterinário, comemorado no dia 09 de setembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

1. Dr. Paulo Roberto Moreira Gomes  
MD. Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.  
Rua Mal. Deodoro, 497 - 9.º - s/92  
80.000 Curitiba - PR

2. Dra. Jane Elisabeth Setenareski  
MD. Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná  
Rua Mal. Deodoro, 497 - 9.º - s/92  
80.000 Curitiba - PR

3. Dr. Deocy Conceição França  
MD. Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV - 3  
Caixa Postal, 7661  
80.000 Curitiba - PR

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de regozijo pela concessão do título de "Pontifícia", à Universidade Católica do Paraná, dando-se ciência do presente aos Excelentíssimos Srs. D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba e ao Professor Osvaldo Arns, respectivamente, Grão Chanceler e Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

O título de Pontifícia, concedido pela Sagrada Congregação para a Educação Católica à nossa Universidade, dará à mesma nova vinculação internacional, sob a égide do Pontífice Romano, através de um entrelaçamento acadêmico-canônico.

O reconhecimento do Vaticano à instituição, com aval do Papa João Paulo II, é motivo de júbilo na área educacional de nosso Estado, daí a proposição que oferecemos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ernesto Benedito Nogueira, novo gerente-geral da Caixa Econômica Federal, filial do Paraná, pela sua investidura no cargo.

Antigo gerente da agência de Londrina, Ernesto Nogueira trabalha há muitos anos na Caixa Econômica, onde começou desempenhando funções bem modestas até ser promovido ao



mais alto posto em nosso Estado. Honrado, muito dinâmico, estimado e admirado em seu meio de convívio profissional, e junto à sociedade paranaense.

Homem exemplar, como pai de família e como profissional, sua recente promoção foi recebida com enorme euforia e foi uma homenagem que a presidência da Caixa Econômica prestou à classe funcional.

Requeiro que esta justa homenagem da Assembléia Legislativa não conste apenas nos Anais, mas seja também comunicada ao Sr. Ernesto Benedito Nogueira, na gerência-geral da Caixa, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, a consignação de um voto de regozijo aos alunos da Escola Precisão - Ensino de Primeiro Grau, na pessoa da menor Fernanda Gemael Hoefel e à direção da referida instituição de ensino.

Do presente, requeiro sejam científicas as pessoas destinatárias desta manifestação.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

### JUSTIFICATIVA:

Desenvolvendo a salutar prática democrática, a Escola Precisão - Ensino de Primeiro Grau, fez realizar eleição direta para a escolha da diretoria da entidade representativa dos seus alunos.

Com ampla liberdade de debater questões do seu interesse 186 alunos foram às urnas e elegeram a chapa encabeçada pela menor Fernanda Gemael Hoefel, 11 anos, que obteve 127 votos contra 57 atribuídos ao menor Rafael Regnier Guimarães, registrando-se um voto nulo e outro branco.

A eleição foi desenvolvida em clima de harmonia, dentro do mais elevado espírito de participação séria e responsável.

A composição da chapa vitoriosa é a seguinte: Presidente, Fernanda Gemael Hoefel; Vice-Presidente, Luciana Brotto; Primeira Secretária, Alessandra Dalcol e Segundo Secretário, Rafael Karam.

Com esta manifestação da Assembléia Legislativa, o que se pretende é a difusão das liberdades democráticas entre os jovens, cujo crescimento será acompanhado pelo respeito ao DIREITO de votar livremente.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor ao insigne Professor Florencio Guimarães, que, por completar 70 anos de idade, se despede da Cátedra de Direito Judiciário Civil, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

O Paraná deve ao Professor Ary Florencio Guimarães, a formação de diversas gerações na cadeira de Direito Judiciário Civil.

Ao lado do magistério, desde o tempo de estudante, já iniciava sua carreira no Ministério Público, como Promotor de

Justiça de Wanceslau Braz.

Foi como representante do Ministério Público, que ingressou na Magistratura, passando a ocupar o cargo de Desembargador numa das vagas do chamado grito constitucional, reservado para aqueles que mais se destacaram na carreira que haviam seguido, ou a advogados, cuja vida profissional torna-se fator praponderante para a indicação, sempre em lista triplíce, pelo Egrégio Tribunal de Justiça e posterior nomeação pelo Governador do Estado.

Mas, sua paixão sempre foi o magistério, onde se destacou como fundador da Faculdade de Direito de Curitiba.

Sempre contribuiu, com seus conhecimentos, para que o Paraná fosse reconhecido no cenário nacional como um dos mais pujantes Estados da Federação.

Deixando a cátedra unicamente por motivo de completar a idade limite (70 anos), o Professor ARY FLORENCIO GUIMARÃES, como advogado, ainda tem muito a oferecer aos meios jurídicos, onde goza de elevado conceito.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja aprovado um VOTO DE LOUVOR à Prefeitura Municipal de Toledo e à Inspetoria Regional de Ensino, pela realização dos III Jogos Colegiais de Toledo.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

### JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 31 de agosto e 07 de setembro realizou-se os III Jogos Colegiais de Toledo, com a participação direta de cerca de 1300 estudantes, nas mais diversas modalidades, esportivas. Promoção da Prefeitura Municipal e da Inspetoria Regional do Ensino, participaram dos Jogos 15 escolas de 1.º e 2.º graus.

Esta foi uma grande iniciativa no sentido de confraternização da comunidade toledana, pois através destas iniciativas vão se criando condições para que todos os jovens tenham acesso e possam participar de uma atividade de congraçamento. Além disso, estes eventos ajudam a juventude a desenvolver o trabalho em equipe, em coletividade, com a finalidade comum, não apenas de vencer, mas também de aprender a disputar.

Por estes motivos, a aprovação por esta Casa de Leis de um voto de louvor aos citados órgãos públicos é o máximo que este Poder pode fazer pelo engrandecimento do esporte, pelo incentivo à participação e integração dos jovens.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor ao jogador do Curitiba Futebol Clube (DIDA), MARCOS AURÉLIO MORAES DOS SANTOS, pela sua participação e conquista do Título de Bicampeão Mundial de Júnios.

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa seja dado ciência ao jogador supra mencionado.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de Voto de Aplauso e cumprimentos, manifestados à pessoa do Senhor Prefeito de Tibagi, JOSÉ TIBAGY DE MELLO, pelas comemorações alusivas à Semana da Pátria, em que, numa promoção do PROJETO INDEPENDÊNCIA, organizado e assistido pela

Associação dos Amigos de Santa Cruz, de Castro, e, coordenado pelo Vereador Izidro Constantino Guedes, seu fundador, foram levados à encenação fatos marcantes da nossa história, e revivido com toda a propriedade e riqueza cultural, o Descobrimento do Brasil, a Proclamação da Independência, culminando com uma recomposição fiel da obra de Pedro Américo.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal José Tibagy de Mello.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo e aplauso ao jornalista Antônio Roberto Simplício, editor responsável do jornal "Tribuna da Cidade", de Apucarana.

Trata-se de um jornal diário, de grande circulação e aceitação no Norte do Paraná e no Vale do Ivaí.

A "Tribuna da Cidade" conquistou o respeito da classe política e da classe empresarial e de seus milhares de leitores, pela seriedade com que são tratados os problemas da comunidade, em especial do interior do nosso Estado.

O jornal possui um excelente quadro de jornalistas e funcionários, que trabalham com muito amor e idealismo, para produzir esse matutino que à cada dia que passa vai conquistando novos espaços.

A circulação da "Tribuna da Cidade" é tão eficiente que atinge, regularmente, inclusive Curitiba, onde todos nós Deputados, integrantes da Assembleia Legislativa temos o privilégio de recebê-lo em nossos gabinetes.

É oportuno que fique registrado para a história nosso reconhecimento, gratidão e homenagem à "Tribuna da Cidade", requerendo que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao jornalista Antônio Roberto Simplício, à rua Nagibe Daher, 467, em Apucarana.

Esta homenagem é justa, pois a imprensa do Paraná pode se orgulhar de contar em seu meio com um grande jornal como a "Tribuna da Cidade".

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignando na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo ao jornalista José Ary Valdo de Souza, diretor-proprietário do jornal "Tribuna da Região", que se edita em Goioerê.

Trata-se de um excelente semanário, um dos melhores do Paraná, bem impresso, excelente composição, com farto material jornalístico.

A linha editorialista do jornal tem como norma fundamental o debate dos mais amplos problemas que afetam os interesses das comunidades que habitam inúmeros municípios da região de Goioerê.

É jornal muito sério, editado com extraordinário espírito idealista de seu editor-chefe.

A "Tribuna da Região" conquistou o respeito das classes política e empresarial e de seus milhares de leitores. É um jornal agradável de ser lido, merecedor da homenagem desta Casa de Leis, cuja decisão REQUEIRO seja comunicada ao brilhante e admirado jornalista José Ary Valdo de Souza, em Goioerê.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado moção de apoio ao Presidente JOSÉ SARNEY e Ministros OLAVO SETÚBAL, das Relações Exteriores, RENATO ARCHER, da Ciência e Tecnologia e ROBERTO GUSMÃO, da Indústria e Comércio, pelo firme posicionamento tomado ante as infelizes declarações do Presidente REAGAN, a respeito do Brasil, ao tecer considerações sobre a política interna de informática.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

"Quem tem telhado de vidro, não atira pedras na casa do vizinho", diz o velho e sábio ditado popular.

É de se estranhar, portanto, o pronunciamento do Presidente REAGAN propondo sanções ao Brasil, pelo fato de não nos interessarmos pela importação de microcomputadores e outros aparelhos similares, na área da informática, quando, em relação a nós, seu País age com inegável protecionismo de mercado (calçado, soja, aço, etc.).

A reserva de mercado é assunto interno, só a nós brasileiros, compete decidir sobre a sua política.

O posicionamento tomado publicamente pelo Presidente da República e Ministros do Exterior, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio, pela manutenção da atual política de informática, inclusive no tocante à reserva de mercado, merece nosso integral apoio.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Senhor Governador do Estado no sentido de que atenda as reivindicações do Magistério Paranaense, cumprindo, dessa forma, as promessas feitas durante a campanha eleitoral de 1982 e evitando a frustração de milhares de professores os quais, decorridos mais de 900 dias, ainda aguardam a implementação de medidas como o regime diferenciado de trabalho, a realização do concurso de 1.ª a 4.ª séries, o justo pagamento pela maior habilitação, a reposição salarial que atinge, em agosto, os 38,7 pontos percentuais, o estabelecimento do piso salarial equivalente a três salários-mínimos, efetivação do professor celetista, entre muitas outras, reivindicações essas cujo não atendimento pode comprometer seriamente a Educação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

### JUSTIFICATIVA:

Há um clima de justificada revolta por parte dos professores do Estado em face do completo descaso do Governo em relação às suas justas reivindicações. Mais de 900 dias já são passados, desde que se empossou o novo Governo, e a nova administração até agora não cumpriu as solenes e reiteradas promessas de que iria solucionar todos os problemas do Magistério. Nada foi feito até aqui. A grande reivindicação diz respeito ao estabelecimento do regime diferenciado de trabalho mas o Governo não aceita nem dialogar sobre ela, mostrando-se absolutamente insensível às expectativas dos professores por essa conquista. Nem mesmo o prometido concurso de 1.ª a 4.ª séries é efetivado e o magistério está revoltado com informação de que há uma substancial redução no número de vagas. Os índices de reajustamento concedidos ao invés de promover a reposição salarial conforme foi enfaticamente prometido pelos então candidatos tem, isso sim, representado uma corrosão nos vencimentos, levando, tudo isso, ao completo desespero uma classe que tão relevantes serviços tem prestado ao Paraná na formação e



preparação de sua gente.

O Governo Estadual, ao mostrar-se insensível, assume uma grave responsabilidade perante os jovens de hoje, e com o próprio futuro do Estado.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo o desenvolvimento de estudos objetivando avaliar as reais possibilidades da instalação do ensino de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série na Escola Estadual Rui Barbosa, localizada na municipalidade de Mamborê.

Torna-se imprescindível que essa Secretaria da Educação, através dos seus mecanismos apropriados, estude, com a máxima urgência, quais são as possibilidades de se implantar o ensino de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série.

A presente solicitação baseia-se na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta. Como Prefeito Municipal daquela cidade, ele afirma ser de fundamental importância a criação do citado nível de ensino na Escola Rui Barbosa, visto que grande parte da população tem manifestado o interesse por aquele estudo básico.

Deste modo, face ao exposto, espera-se o encaminhamento de medidas que possam vir de maneira efetiva ao encontro dos interesses da população de Mamborê, particularmente do setor educacional.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor do DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná, no intuito do destacamento de dois policiais para atendimento do trânsito da municipalidade de Peabiru.

A presente solicitação baseia-se em manifestação do Ilustríssimo Senhor Benedito Bassi. Na condição de responsável pelo DETRAN no município, ele tem sentido as várias dificuldades inerentes ao fluxo de veículos e pedestres nas vias peabiruenses.

Neste sentido, objetivando logicamente garantir maior tranquilidade ao conjunto da população, o citado titular do escritório do DETRAN tem como proposta que esse Departamento determine a designação de dois policiais, a fim de auxiliar no trânsito de um modo geral em Peabiru.

Face à exposição de motivos, espera-se desse Departamento, a adoção de medidas que viabilizem a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de recursos orçamentários para a construção de uma sala de aula na Escola Estadual Alcino Cipriano da Silva, localizada na municipalidade de Quinta do Sol.

O estado em que se encontra a instalação da Escola Estadual Alcino Cipriano da Silva é simplesmente deplorável. Isto justifica-se principalmente tendo em vista a interdição ocorrida recentemente, ante a falta de condições para o seu funcionamento.

Seguramente trata-se de um caso que só gera indignação e preocupação junto aos municípios de Quinta do Sol. Diante de tal realidade, a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, Solange Marquês, está a reivindicar a imediata tomada de providências por parte do Governo Estadual, através dessa Pasta.

Neste sentido, espera-se que a Secretaria da Educação encaminhe providências visando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma nova sala de aula, permitindo o retorno das aulas normalmente e pondo fim ao referido problema.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Antônio de Albuquerque Neto, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando providências junto à CAFE DO PARANÁ, no sentido de que seja instalado um posto daquela Companhia no município de Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento ao Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e do Governo

### JUSTIFICATIVA:

O município de Santo Antônio do Sudoeste, localizado na fronteira do Estado encontra-se em franco desenvolvimento, sendo um município essencialmente agrícola, com grande produção de soja, trigo e milho.

Por outro lado, os agricultores perderam a credibilidade nas Cooperativas, reivindicando insistentemente a instalação de órgão oficial no Município, a fim de melhor atender aos seus interesses e ao próprio interesse do Estado.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico na localidade de São Roque, município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

A localidade de São Roque, situada no município de Ivaí, sendo uma das mais prósperas da região, carece urgente de um Posto Telefônico.

A TELEPAR, conforme Boletim Informativo do Plano Direto de Telecomunicações Rurais 1985, que recebemos, já possui a tecnologia necessária para a instalação de Sistema Rádio-Monocanal, utilizando Bateria Solar, para atendimento coletivo de núcleos Rurais.

Acreditando na presteza da TELEPAR, pedimos a aprovação do presente requerimento.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas

tivas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes para a criação de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, para funcionamento já no próximo ano de 1986, nas localidades de Mundo Novo, Vila Progresso e Linha Soledade, todas no município de Pérola d'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

As localidades de Mundo Novo, Vila Progresso e Linha Soledade, todas no município de Pérola d'Oeste, contam com um grande número de estudantes que já concluíram ou que estão concluindo a 4.<sup>a</sup> série.

Assim, o presente requerimento sintetiza a aspiração das referidas comunidades, no sentido de que esses estudantes possam continuar frequentando a escola, sem a necessidade de deslocarem por longas distâncias.

Confiantes nos parâmetros que norteiam o Governo José Richa, no sentido de que não fiquem crianças sem escola, temos certeza de que a Secretaria de Estado da Educação se empenhará no atendimento deste pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Senador Pedro Simon, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias para a imediata revogação da Portaria n. 3, de 31 de julho de 1985, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, que determinou alterações na composição dos fertilizantes organo-minerais.

A adubação organo-mineral foi recentemente introduzida no Brasil e está progredindo rapidamente, eis que apresenta um custo menor e maior eficiência.

A portaria supracitada faz com que para que o fertilizante possa ser produzido, ocorra um aumento de até 200 por cento na utilização de matérias primas químicas, estas quase que totalmente importadas.

Na produção e comercialização do adubo organo-mineral atuam, presentemente, cerca de 100 pequenas empresas genuinamente nacionais, que empregam aproximadamente 30 mil pessoas.

A revogação da portaria citada é medida inadiável e que permitirá a sobrevivência dessas pequenas empresas e a manutenção de 30 mil empregos.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a destinação de recursos financeiros para a construção de uma residência para o agente de rendas da municipalidade de Mamboré.

Trata-se, sem dúvida alguma, de importante solicitação. No dia 12 de março de 1984, procurando vir ao encontro da iniciativa da Administração Municipal Mamboreense, este Deputado apresentou Requerimento em que solicitava a realização de estudos para analisar as possibilidades de se liberar recursos para a construção de uma residência para o agente de rendas daquela cidade. Como resposta, informou-se que a referida obra faria constar no cronograma dessa Secretaria de Estado.

Entretanto, após todo este tempo decorrido, a situação parece a mesma. Os problemas continuam. A necessidade de viabilizar tal obra aumentou mais ainda, conforme salienta o Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta. Na condição de Chefe do Executivo Municipal, ele tem reiterado sua preocupação em pôr fim nos problemas decorrentes da ausência de uma casa para o agente de rendas.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, aguarda-se, por parte dessa Pasta, o encaminhamento de medidas que possibilitem o imediato atendimento do que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Engenheiro Affonso Alves de Camargo Netto, encarecendo do mesmo a viabilização do reinício da construção do CONTORNO RODOVIÁRIO, em pavimentação asfáltica, no Perímetro Urbano de Campo Mourão, interligando assim o trevo das Rodovias BR-369, BR-272 e BR-487 ao prolongamento da Rodovia PR-317 (Campo Mourão-Maringá), desviando, desta forma, o tráfego pesado da periferia e do centro da cidade.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Cientes do empenho e da vontade que o Senhor Ministro dos Transportes tem demonstrado em dar um atendimento compatível ao sistema viário do Paraná, como forma de retribuir, em benefícios, a contribuição paranaense ao progresso brasileiro, é que justificamos nosso pedido, com o exposto abaixo, muito embora seja pleonasmo ao Senhor Ministro.

É do conhecimento dos Órgãos competentes, quer a nível estadual, quer a nível federal, que o pretendido desvio do tráfego do perímetro urbano de Campo Mourão há muito tempo vem sendo solicitado, até com insistente empenho e com uma vasta gama de ponderações plausíveis quanto à validade do benefício.

Tanto é necessário o justificado contorno que o mesmo já chegou a ser iniciado, tão logo teve começo a construção da Hidrelétrica de Itaipu, cujo movimento seria o maior usuário do trecho. Porém, sem que se tivesse explicações mais convincentes, do que a simples falta de verbas, a construção foi paralisada. Justamente quando se agravou o tráfego super pesado em demanda à obra e vice e versa, que não encontrou outro meio de escoamento a não ser as vias públicas da cidade, hoje inteiramente danificadas.

Tão danificadas foram nossas vias públicas, que os danos alcançaram um montante expressivo, servindo de embasamento a seguidos pedidos, por parte do Prefeito Municipal, tanto ao Ministério dos Transportes como a Itaipu Binacional, encarecendo recursos financeiros para a recuperação das vias danificadas pelo impacto constante das pesadas carretas que por ali trafegam.

Além do fato mencionado, que é o pesado tráfego de Itaipu, necessário se faz uma análise direcionada ao fator positivo e precípua do nosso pedido — o escoamento de riquezas que se faz através das rodovias que compõem o entroncamento rodoviário de Campo Mourão, que polariza o movimento agrícola de todo o Centro Oeste em direção a São Paulo e ao Porto de Paranaguá.

É justo e também oportuno lembrar que o desvio pretendido tem alcance tão vasto que pode ser estudado pelo lado humano que afeta os mourãoeses, seriamente atingidos e perturbados pelo incessante e ruidoso tráfego que tira o sossego e põe em risco suas vidas e a de seus filhos.

Se concretizado nosso pedido, certo será o reconhecimento

to de toda a região, ao Senhor Ministro que, como paranaense amoroso que é, tem decantado nossos valores e as nossas mais prementes necessidades e por isso sabe que nossa malha rodoviária é o principal veio e esteio do nosso progresso.

Justificamos ainda mais nosso requerimento repetindo o que disse o Senhor Ministro, ontem, em Rede Nacional de Televisão: "Pior do que não construir estradas é não conservar as que existem".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja informado quais os valores que estão sendo repassados para firmar os convênios entre o Estado e as Prefeituras Municipais, durante o presente exercício, para atender às contratações de professoras conveniadas.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura, solicitando construção de prédio próprio daquela Secretaria no município de Toledo, para funcionamento dos órgãos a ela subordinados, tais como: ITCE, SUREHMA, ACARPA/EMATER e CLASPAR.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

Funcionam em Toledo, além do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, o Escritório Regional do Instituto de Terras e Cartografia, Escritório Regional da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) e o Escritório Regional da ACARPA/EMATER e a CLASPAR.

Embora tais órgãos sejam estreitamente ligados, portanto pertencem a uma mesma área, estão eles espalhados por diversos pontos da cidade, prejudicando sensivelmente a ação conjunta que deve haver entre tais organismos de ações correlatas.

Visando, pois, proporcionar meios de um melhor entrosamento através da aproximação física desses órgãos públicos ligados a uma mesma estrutura administrativa, torna-se, portanto, imprescindível que suas instalações sejam integradas em um mesmo local.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N. 185/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O Art. 2.º, da Lei n. 7787, de 21 de dezembro de 1983, mantido seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Ao funcionário estável, ocupante do cargo da estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", que conte com mais de 20 anos de serviços prestados ao CREA, que, na data de vigência da presente lei, tenha preenchido os requisitos dos Artigos 6.º, 7.º e 8.º, da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, será assegurado enquadramento nas classes de AF.1-A, AF.2-A e AF.3-A, respectivamente."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(aa) ANIBAL KHURY e EDUARDO BAGGIO

##### PROJETO DE LEI N. 186/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMPO DO TENENTE, com sede e foro em Campo do Tenente.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PAULO FURIATTI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo do Tenente, é uma entidade que vem prestando relevantes e inestimáveis serviços de proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, zelando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente nos termos das disposições estatutárias junto à comunidade de Campo do Tenente.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI N. 187/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ, com sede no Município de Verê e foro no Município de Pato Branco, ambos neste Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Sentimos a importância da saúde no momento em que ela nos falta.

Esta se constitui em fator primordial para o bem-estar e a produtividade do ser humano em qualquer campo de atividade.

Sabedores dos problemas existentes referentes aos precários meios de atendimento de saúde local e, de que parte dos trabalhadores rurais do Município não tinham qualquer tipo de vinculação previdenciária, os membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Verê, resolveram dar início à construção de um hospital que mais tarde se transformaria na Sociedade dos Trabalhadores Rurais do mesmo Município.

Esta entidade tem por objetivo proporcionar a seus associados assistência médica e hospitalar e a mesma se constitui numa Sociedade Civil sem fins lucrativos.

O trabalho realizado é de relevante valor social e de suma importância, pois além dos associados, atende também àquelas pessoas carentes que não possuem recursos financeiros.

A tarefa levada adiante pelos seus dirigentes é árdua, mas extremamente profícua.

Nossa obrigação é apoiar, fazer com que obras desta natureza continuem nas suas brilhantes jornadas e, portanto, como preenche os requisitos necessários, devemos declará-la de utilidade pública.

##### PROJETO DE LEI N. 188/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE VILA INDEPENDÊNCIA, com sede e foro em Cornélio Procopio-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

# JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Vila Independência é uma entidade que vem prestando relevantes e inestimáveis serviços de assistência à comunidade de Cornélio Procopio.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pais com assento nesta Augusta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI N. 189/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA

Art. 1.º – Fica concedido o Título de Cidadão Honorário a DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

# JUSTIFICATIVA:

Dino Almeida completa, no próximo mês de outubro, 30 anos de jornalismo sério, profissional, humano e criativo. Jornalismo exercido com competência. Jornalismo de vanguarda. Jornalismo que lhe permite ser um dos mais destacados entre todos.

Conferir a Dino Almeida a cidadania paranaense é prestar homenagem a quem, nascido na vizinha Santa Catarina, dedicou a maior parte de sua vida ao nosso Estado.

Inovador e atualizado, Dino Almeida é referência obrigatória do moderno jornalismo, ampliando sempre seu extraordinário elenco de admiradores. Bem sucedido e admirado nos meios da comunicação em que atuou e atua presentemente, Dino Almeida é responsável pela transformação jornalística que alcançou o jornalismo social do Paraná, informando com o privilégio de ser o primeiro sobre assuntos das mais diferentes áreas de atuação. Seu êxito profissional é inegável, coroando a personalidade humana que timbra seu caráter e o distingue entre os mortais.

O jornalista Aroldo Murá, com talento e um belo estilo, retratou Dino Almeida, em artigo publicado no jornal "Indústria e Comércio", edição de 03 do corrente, cujo texto, entendendo obrigatório incluir nesta justificativa, para o que, anexo a este projeto de lei. Também, anexo o currículo da vida do homenageado, apenas para cumprir formalidade legal, pois, a vida de Dino Almeida o Paraná conhece.

## Indústria e Comércio

Curitiba, 3 de setembro de 1985.

Depoimento que é homenagem a

Dino Almeida

É o Paraná mutante, dos barões dos ciclos econômicos aos aventureiros deste século, dos adventícios arrivistas, nouveau-richtes e tradicionais, que desfila há 30 anos nas crônicas de Dino Almeida, sem qualquer "sociologuês". Num depoimento de amigo de um quarto de século é que Aroldo Murá revela, com toda clareza e sinceridade, o lado jornalístico em sua essência, e profundamente humano, do colunista social. Justa a homenagem, pois, que lhe fizeram paranaenses, e, como o próprio Dino, barrigas-verdes:

I & C

SINOPSE

Dino, "sociólogo" e repórter de um Paraná mutante

Há 25 anos e oito meses, Dino Almeida e eu nos encontramos pela primeira vez. Foi no Edifício Tijucas, ele como empregador, dono da revista "Clube", cercado de alguns nomes famosos da época – como Salomão Schiar, Marcel Leite – e jornalistas que, com ele, iam levando adiante aquele projeto sofisticado, bom jornalismo em que se tentava mesclar notícias munda-

nas (o café society de então) e o "dito" sério.

Neste capítulo do sério, comportavam colaborações de nomes como Aurélio Benitez e Renê Dotti, ilustrações de Alcy Xavier, Ennio Marques Ferreira, Helena Wong e conceituações sobre moda masculina assinadas por Roberto Fontana ou Jack Zitronenblatt.

Com Dino aprendi o be-a-bá do jornalismo profissional. Com ele e Nelson Faria, tudo numa atmosfera aparentemente desordenada mas profundamente organizada que é a redação de um periódico.

Os anos passaram, passamos anos juntos no velho Diário do Paraná, uma escola inigualável de jornalismo comandada pelo espírito prussiano de Adherbal Stresser. Os companheiros desfilarão aos meus olhos, num dia-a-dia anônimo. E a estrela de Dino sempre em ascensão.

Ele e Nadyege são amigos de todas as horas, o que não quer significar que estejamos sempre perto, fisicamente. As vezes, passamos meses sem nos ver. Nos acompanhamos, neste quarto de século, em diversos campos de batalha: rádio, jornal, televisão, ("Dreher Convida", nos primórdios do Canal 6 com Vinicius Coelho e Adalgiza Portugal).

Dino completa trinta anos de jornalismo diário, com a virtude maior que identifica os sábios; é humilde na sua grandeza. Jamais perdeu a simplicidade do menino de Papanduwa, Santa Catarina, o entusiasta admirador de "seu" Esmeraldino, o pai político e que ainda hoje é um udenista roxo em terras barriga-verde.

Dino tem o perfil dos fortes, nesta profissão freqüentada pelo exercício das incompreensões e iras continuamente voltadas contra o profissional. Ganhou espaço, fez-se acatado, respeitado, teceu loas a mulheres bonitas, listou damas elegantes, ajudou a revelar anônimos profissionais liberais que depois enveredariam pela política (Jaime Lerner concedeu pela primeira vez na vida, uma entrevista à TV, num programa do Dino).

Os americanos têm uma expressão que se ajusta à perfeição do tipo que Dino Almeida encarna: é um "man about town". Quer dizer, a cidade o conhece, ele a conhece.

Se no Rio Grande do Sul de até poucos anos atrás as coisas realmente não aconteciam se não tivessem passado pelas páginas do "Correio do Povo", podemos garantir que, aqui, "mutatis mutandis", a coluna do DA desempenha papel similar. Nela, os adventícios começou a existir na cidade; os de prestígio consolidado avançam nos terrenos almejados; as crianças "nascem" e os notáveis "morrem" com os toques de saudade que não chegam àqueles do Tavares de Miranda. E bebês? Antes do batismo terão de, necessariamente, passar pelas linhas do Dino Almeida.

Acompanhou os tempos, aceitando as imposições de um jornalismo mais ágil, diversificado, abrangente. Notícias que acompanham o dinamismo de um Estado que viu os colonos chegarem, modestos e transformando o Oeste e o Sudoeste no celeiro de grãos deste País. Colonos que, hoje, vestem as roupas de um Estado que não mais se circunscreve às grandes famílias de seus primórdios. São homens e mulheres que, como Dino, vieram, pediram licença, foram à lida, fizeram notícia e são, como ele, a melhor matéria-prima de um Paraná que, se é de todos nós, o é, sobretudo, síntese nos "gossips" e nos "bizus" do DA.

Que mais dizer de Dino Almeida? Que é bom colega? Nisto é singular, como na arte de cultivar amigos em todos os estratos sociais.

É meu "sociólogo" preferido, porque, sem pretensões e sem metodologias científicas ou pseudo-científicas, ele vai escrevendo, nas páginas da "Gazeta do Povo", um fiel retrato de uma sociedade dinâmica em que o "nouveau riche" consegue ganhar identidade e os representantes dos baronatos do mate, da madeira, do café, e os senhores do trigo e da soja se alinham, com a mesma desenvoltura, todos construtores

de uma nova sociedade, industrial cibernética e parceira do terceiro milênio.

*E não duvidem: Dino chega ao Terceiro Milênio, com seus "bizus" e "gossips". Isto, se a batalha do Armagedon não interromper, ele estará lá, caderninho azul na mão, a anotar os colunáveis anjos que irão separar os eleitos, na batalha final... (Aroldo Murá).*

#### DADOS PESSOAIS:

Nome: DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Francisco do Sul - SC

Data de Nascimento: 04 de março de 1937

Filiação: Esmeraldino Maia de Almeida e Dalmira Bronze de Almeida

Estado Civil: Casado

Nome do Cônjuge: Nadyege Boldrini de Almeida

Filhos: Ana Dalgiza de Almeida Fontana (casada com o industrial Aramis Fontana); Nadyesda Cristina Almeida (casada com Eduardo Moura Rego Almeida); Neivon de Tarço Boldrini de Almeida e Dino José Bronze de Almeida Júnior. Tem três netos.

#### FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Jornalista profissional, com registro no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 12/03/71, e registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção PR, sob o número 4851.

Relações Públicas Profissional, registrado no CONRERP/SP, Conselho Regional das Relações Públicas, sob o n. 616, em 09/10/79.

#### ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Fundador e ex-Diretor Presidente da Revista Quatro Estações.

Colunista diário dos jornais "Gazeta do Povo", "Diário Popular" e "Diário da Tarde".

Colunista do jornal "Curitiba-Shopping" (semanal) e "Revista Panorama" (mensal).

Diretor-Presidente da DIALPRESS - Promoções e Empreendimentos.

Diretor-Presidente da Dino Almeida - Administração e Corretagens de Seguros Gerais, vinculada a Atlântica Boavista de Seguros.

Relações Públicas de várias empresas, dos mais variados ramos de atividades, no Paraná.

Advogado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, lotado na Diretoria Geral.

#### ATIVIDADES LITERÁRIAS:

Como autor, publicou os livros, em série, "Bandeirantes do Progresso" (Vols. I, II e III) e o livro "Mil Pensamentos Preferidos de Dino Almeida" (vol. II em fase de acabamento). Publicou ainda, vários Cadernos Especiais, encartados em revistas e jornais do Paraná, mostrando a realidade paranaense sua evolução e comportamento, entre outras publicações com assuntos pertinentes a Curitiba e o Paraná, de modo geral).

#### TÍTULOS E HONRARIAS:

1962 - "Espadim dos Almirantes", homenagem dos Oficiais da PME/CFD;

"Medalha de Ouro" do Clube Círculo Militar do Paraná.

1970 - Homenageado com o diploma "Homem de Negócios do Ano", pelo jornal de "Finanças";

Medalha e Diploma "Jornalista do Ano", concedida pelo jornal "Diário Popular de Curitiba".

1971 - Diploma "Melhores de 1971", jornal "Diário da Tarde

de Curitiba";

Medalha de "Cavaleiro da Ordem da Boca Maldita".

1972 - "Medalha de Prata" do Lions Club Curitiba Centro; Título de "Cidadão Honorário de Matinhos".

1973 - "Placa de Prata" dos ex-funcionários da Dino Almeida Promoções e Empreendimentos;

"Diploma de Reconhecimento", outorgada pelo Ministério da Educação e Cultura;

"Placa de Prata" do Graciosa Country Club";

"Medalha de Prata" concedida pelo Santa Mônica Clube de Campo";

A Sociedade de Porto União da Vitória e a comunidade da região homenageiam o colunista com "Placa de Prata";

"Placa de Prata" oferecida pelos funcionários do jornal "Gazeta do Povo", como reconhecimento de amizade e estima;

"Medalha de Prata" dos Diários e Emissoras Associadas;

"Placa de Prata" do Graciosa Country Club;

"Placa de Prata" e Distintivo do Lions Club de Curitiba Centro.

1976 - Faixa de "Amigo Destaque - 76" do Clube Ouro Verde de Curitiba;

"Placa de Prata" concedida pela DEC/CPA;

Troféu "Personalidade - 1976", SENAP.

1977 - Troféu "Comunicação da Cidade - Melhores do Ano"; Medalha "Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães", da Sociedade Geográfica Brasileira.

1978 - "Medalha de Prata" concedida pelas Indústrias Moínhos Unidos Brasil Mate;

Troféu "Homenagem Especial" outorgada pelo SENAP, na qualidade de "Colunista do Ano".

1979 - "Placa de Prata", homenagem da Velha Guarda do Salgueiro;

Medalha "Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães";

Diploma de "Honra ao Mérito", concedido pela Secretaria da Receita Federal;

"Faixa e Gran Cruz de Jerusalém", homenagem da Ordem de Jerusalém;

Certificado concedido pelo Rotary Club Cidade Industrial de Curitiba;

Troféu "Comunicação da Cidade".

1980 - Prêmio "Professor Bento Munhoz da Rocha Neto";

"Placa de Prata" e Distintivo "Paul Harris Internacional", concedido pelo Rotary Club Internacional, a maior condecoração do Rotary Club.

"Placa de Prata" do Clube Ouro Verde.

1981 - "Placa de Prata" do Colégio Estadual do Paraná - Diretoria e Alunos.

1982 - "Placa de Prata" dos pilotos paranaenses de Rally.

1985 - Benemérito da Federação Paranaense de Futebol "Cidadão Honorário de Curitiba".

#### DINO ALMEIDA

Este o seu nome jornalístico, milita na imprensa profissional há 30 anos, sendo os últimos 20 de jornal "Gazeta do Povo", "Diário Popular", "Revista Panorama" e, mais recentemente, cinco anos, no Jornal "Curitiba - Shopping".

#### COLUNAS D.A.

A rede de divulgação, hoje, compreende os seguintes veículos de comunicação:

Gazeta do Povo (coluna diária); Diário Popular (coluna diária); Diário da Tarde (coluna mensal); Folha de Londrina (colaborador) e Jornal Curitiba - Shopping (coluna mensal).

No setor de Revistas: Fatos e Fotos (redação de notícias para a coluna José Rodolpho Câmara sobre o Paraná); Panorama (mensal).

No setor Radiofônico: Programa "Dino Almeida Repórter", na Rádio Ouro Verde.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

# PROJETO DE LEI N. 190/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituída a meia-entrada nos cinemas do Estado a todos os estudantes.

Art. 2.º — O benefício será concedido mediante a apresentação da carteira estudantil.

Art. 3.º — Os cinemas são obrigados a afixar a tabela de valor dos ingressos, para inteira e meia-entrada.

Parágrafo único. Os estudantes pagarão sempre 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado para a sessão, inclusive do valor cobrado a título de promoção especial.

Art. 4.º — A Coordenadoria de Defesa do Consumidor é o órgão encarregado de fiscalizar o cumprimento dessas disposições.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

Como razão maior para a concessão desse benefício é a própria necessidade de se oferecer ao estudante todas as facilidades, como forma de possibilitar-lhes a tranqüilidade necessária ao aprendizado e à formação intelectual, espiritual, social, moral e cívica, fundamentais para os propósitos de reerguimento desta Nação com a superação de seus problemas, dos quais o de maior vulto e o mais complexo é justamente o da Educação.

Já foi prática a concessão de desconto aos ingressos adquiridos por estudantes mas os exibidores, fora do alcance de qualquer tipo de controle, adotaram o sofisma da meia-entrada para todos, todos os dias, todas as sessões, como se grande concessão estivessem fazendo em favor do público de cinema.

O objetivo da presente lei é restabelecer a diferença entre a inteira e meia-entrada, sem que com isso signifique penalizar os adultos que sem serem estudantes, não podem gozar do benefício pretendido e sem que se pretenda repassar para estes o custo do benefício aos estudantes.

Nunca os exibidores sofreram o controle governamental sobre os preços dos ingressos. Por algum tempo tinham o compromisso de informar à SUNAB a alteração do valor cobrado, sem que a SUNAB tivesse qualquer poder para interferir no valor estabelecido. Posteriormente, passou a ser o CIP o órgão a quem era informada o estabelecimento do preço do ingresso, sendo que atualmente os cinemas estão imunes a qualquer espécie de controle e de fiscalização quanto ao que cobram pelas exhibições.

Essa propositura visa assegurar ao estudante paranaense esse prêmio como recompensa pelo esforço, pelo ato de coragem que é estudar, neste País.

# PROJETO DE LEI N. 191/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os empregados das empresas de propriedade do Estado do Paraná ou sob controle acionário, admitidos por concursos, optantes ou não pelo regime FGTS que contam com dois anos ou mais de serviço prestado à mesma empresa, só poderão ser demitidos por motivo de falta grave ou por circunstância de força maior, definidos nos artigos 492, e seguintes, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA:

Assessorado pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, trago a esta Casa projeto de lei que trata da estabilidade no emprego, elemento imprescindível na integração dos trabalhadores na empresa e requisito essencial à realização da Justiça Social.

A presente proposição, foi debatida, estudada e formulada de modo que podemos assegurar seu amparo constitucional.

O disposto no artigo oitavo, inciso XVII, letra "b" da Constituição Federal, que poderia ser entendida como impeditivo, esta proposição não se aplica, porque o que aqui se propõe e o estabelecimento de normas apenas e tão somente para os empregados das empresas de propriedade ou sob controle acionário do Estado do Paraná. Normas que podem ser adotadas pelo Estado do Paraná como titular do direito de propriedade, seja por iniciativa do Poder Executivo, seja por iniciativa legislativa.

No mesmo passo, está ela amparada pelos artigos 165, inciso XIII, e 170, parágrafo segundo, da vigente Carta Magna, que dispõe IN VERBIS:

"Art. 165 — A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outro que, nos termos da lei, visem a melhoria de sua condição social: .....

XIII — Estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente.

Art. 170 — .....

§ 2.º — Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações.

Como vê, a regra geral estabelecida na Constituição Federal é a estabilidade no emprego, para os empregados da empresa privada, assim como para os das estatais e sociedades de economia mista,

— com indenização ao trabalhador despedido, ou

— com fundo de garantia equivalente.

Assim, em consonância com os precisos termos dos dispositivos constitucionais, o objetivo desta proposição é o de restabelecer, de forma pioneira no Estado do Paraná, para as empresas de sua propriedade, repita-se, a vigência de um princípio que se constitui na pedra angular do Direito do Trabalho, nas sociedades democráticas.

No México, a Constituição assegura, desde 1916, a estabilidade no emprego e a indenização trabalhista. Ali, por lei de 1970, assegura-se a estabilidade ao trabalhador a partir de um ano de serviço na mesma empresa.

Na Alemanha Federal, desde 1945, a lei só permite a dispensa, por motivo justificado, de interesse social, a partir de seis meses de serviços na mesma empresa.

Na Itália, a lei só admite a dispensa por justa causa, a partir do período de serviço fixado nos convênios coletivos.

Na França, lei de 1975, estabelece que as dispensas individuais só podem ser efetivadas por causas reais e sérias.

No Japão, o empregado é protegido contra as dispensas imotivadas a partir do primeiro dia de trabalho.

A Convenção n. 158, da Organização Internacional do Trabalho, estabelece (artigo quarto) que "não se porá fim à relação do trabalho, salvo por motivo justo".

No Brasil, mesmo, a iniciativa do Poder Legislativo vem restabelecendo a limitação ao Poder Patronal de despedir, imotivadamente.

Aos pontos, em nosso País, por força de lei, ou de conven-



ções coletivas ou de dissídios, vêm sendo criadas formas especiais de estabilidade no emprego.

O artigo 165 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, confere proteção aos titulares da representação dos empregados nas CIPAS contra as despedidas arbitrárias como tal definida a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

O artigo 543 — parágrafo terceiro, também da Consolidação das Leis do Trabalho, proíbe a “dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical até um ano após o final do seu mandato, caso eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada” nos termos da Consolidação.

A Lei 4330 (artigo 19, III) proíbe a demissão do empregado que tenha participado pacificamente de movimento grevista.

A lei 5764 estende aos dirigentes de Cooperativas de Empregados a proteção do artigo 543, da Consolidação das Leis do Trabalho.

São cada vez mais numerosas as cláusulas de convenções coletivas e de dissídios coletivos dispondo sobre a estabilidade da gestante, do menor convocado para o serviço militar, dos acidentados no trabalho, etc., são formas especiais de garantia de emprego que coexistem com o sistema do FGTS.

Tudo indica que os trabalhadores acabarão por conquistar a estabilidade no emprego para todas as categorias profissionais, vencendo as resistências das forças que se opõem à democratização da estrutura da empresa brasileira.

Enquanto isto, nada impede — antes aconselha — a iniciativa de democratizar as relações de emprego nas empresas estatais. Será esta, a melhor demonstração de coerência das autoridades governamentais que se dizem defensoras das reformas sociais. Será pela via do exemplo nas suas empresas, que o Governo conquistará a autoridade moral para, afinal, legislar sobre o direito do trabalho, estendendo às empresas privadas a grande conquista da proteção contra as demissões arbitrárias.

O prazo de dois anos, aqui proposto, para que o empregado das empresas de propriedade do Governo Estadual tenha direito à proteção contra a dispensa imotivada, teve inspiração no idêntico período estabelecido no Estatuto dos Funcionários Públicos para a estabilidade no emprego.

Finalmente, a apresentação desta proposição, resulta de um compromisso moral assumido pelos políticos do PMDB, desde os tempos heróicos da resistência democrática do MDB.

Ao longo das duas últimas décadas, o nosso partido assumiu claros e irrecusáveis compromissos com a classe trabalhadora, no sentido de defender a democracia social, entre outras medidas, através da modernização do FGTS, harmonizando-o com a garantia de emprego.

A defesa desses princípios, foi o fator decisivo para que o PMDB conquistasse a confiança da maioria da Nação, representada pela classe trabalhadora e chegasse ao poder pelo voto popular precisamente nos Estados onde é mais expressivo o contingente populacional assalariado.

Neste primeiro passo para o resgate daquele compromisso, esperamos contar com o apoio das lideranças políticas e do Governo do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI N. 192/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o INSTITUTO DAS FILHAS E FILHOS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade pontagrossense, no campo de assistência espiritual e social, o que já lhe granjeou o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n. 3770, de 25 de junho de 1985.

A documentação anexa, comprova o preenchimento de requisitos essenciais para seu reconhecimento público estadual, o que estamos propondo através do presente plano de lei que, esperamos, merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N. 193/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE DE ASSAÍ, com sede e foro na cidade de Assaí-PR, à Rua Manoel Ribas, s/n.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1985.

(a) HOMERO OGUIDO

#### JUSTIFICATIVA:

A “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Assaí”, com sede e foro na cidade de Assaí-PR, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, objetivando promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem e estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está finda leitura do expediente.  
No Pequeno Expediente...

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela Ordem) (Assentimento).

Senhor Presidente, esta Casa tem a satisfação de receber hoje a visita do Pastor Nilso do Amaral Fanini, Cidadão Benemérito do Paraná, conforme lei aprovada por esta Casa. O Pastor Nilson do Amaral Fanini é a maior expressão de evangelismo internacional em termos de colaboração do Brasil. Já esteve presente em 82 países, levando também o nome País a outras nações. E conforme entendimentos já mantidos com as lideranças desta Casa, e com Vossa Excelências, pretenderíamos ouvir uma breve exposição do Pastor Nilson do Amaral Fanini, nesta ocasião. Pretendíamos na semana passada ainda ter aprovado um requerimento pelo Plenário, como na sessão de ontem, mas tendo em vista a não realização das mesmas, não foi possível isto.

Em questão de Ordem, solicito a Vossa Excelência esta deferência especial, tendo em vista o eminente visitante ter de viajar logo mais de retorno ao Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa, tendo em vista a existência de reque-

rimento neste sentido, da impossibilidade de aprová-lo na sessão anterior pela não realização da mesma, e ainda considerando a aquiescência das lideranças, deferir o pedido de Vossa Excelência e passa a palavra, por dez minutos, e ao Pastor Nilson, a fim de que faça sua exposição.

O SR. NILSON DO AMARAL FANINI - Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados, agradeço de coração esta deferência de falar neste grande plenário. Agradeço também ao meu Deus o privilégio de voltar à minha cidade de Curitiba, pois aqui nasci, aqui estudei, aqui me formei, é um privilégio imenso voltar à minha querida Curitiba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, trago as saudações cristãs de 82 países do mundo, como Vice-Presidente da Aliança Batista Mundial. Estamos regressando de uma viagem à China, à Cingapura, no mês passado. E a razão de estarmos aqui nesta Capital, e cada vez que falamos na televisão dizemos a "Capital do Mundo", é que estamos lançando no Brasil esta distribuição de 25 milhões de exemplares da Bíblia, da palavra de Deus, cujo título é: "O mais importante é o Amor".

Senhores Deputados, quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil e que desceram em terras brasileiras, eles cortaram uma árvore. E a primeira coisa que foi construída no Brasil foi uma cruz. O Brasil nasceu à sombra da cruz. Senhores Deputados, quando Deus criou o Universo, ele teve o cuidado de incrustar, na abóbada celeste, o Cruzeiro do Sul, para lembrar ao povo de nossa gente, esta terra verde e amarela, o temor de Deus.

Temos no prefácio deste livro uma peça literária de autoria do Presidente da Academia Brasileira de Letras. E a finalidade desta distribuição gratuita em todo o Território Nacional, é apenas para levar o homem mais perto de Deus. A distribuição é gratuita, a todas as pessoas, sem distinção de cor, ou de credo político. Disse o grande escritor russo Dostoiévski: "Todo o homem tem no coração um vácuo do tamanho de Deus". E assim a finalidade desta cruzada é distribuir a palavra de Deus a todos os brasileiros. E foi escolhida a cidade de Curitiba, esta Capital tão bela e tão linda que está tão perto de Deus, para iniciar esta distribuição de 25 milhões de exemplares da Bíblia, a palavra de Deus. Há um versículo na Bíblia que diz: Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é o Senhor. Este Brasil tão imenso, com que todos sonhamos. Cremos que precisamos valorizar os aspectos morais, éticos, e espirituais. É uma tentativa de ajudar a família brasileira, e nós falamos representando 25 milhões de evangélicos. E hoje aqui no Estado do Paraná temos um milhão e meio de evangélicos. Mas estamos trazendo

esta palavra a todos os homens de boa vontade, católicos, espíritas, israelitas, a todos aqueles que creem em Deus.

Assim, Senhor Presidente, trago aqui e farei chegar às mãos de todos os Senhores Deputados, um exemplar da palavra de Deus, pedindo que Deus abençoe esta Casa de Leis; pedindo que Deus abençoe Vossas Excelências; pedindo que Deus abençoe os destinos do Paraná; pedindo que Deus abençoe nosso querido Brasil, a fim de que possamos continuar juntos construindo a Pátria comum.

A minha oração é que Deus coloque o anjo à porta do seu lar e que as mãos de Deus sejam o Teto de Curitiba.

Senhores Deputados, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilson Sguarezi) A Mesa concede a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, O Sindicato dos Vigias de Paranguá está pleiteando junto às agências de navegação locais aumento de número de vagas para seus associados.

Segundo Decreto Federal de 1.979, firmou, ficou estabelecido em apenas um o trabalho de vigia no porão do navio.

No entanto, desde 1.982 tramita na Câmara Federal projeto de lei do Deputado Alvaro Vale ampliando em mais um este número, conseqüentemente, para dois.

A campanha desenvolvida pelos vigias tendo à frente o Presidente do Sindicato Jacir Fernandes da Silva e o apoio fundamental do Vereador Joaquim Magalhães, pretende que antes da aprovação daquela lei os benefícios sejam antecipados.

O maior problema que a classe vem enfrentando refere-se ao número de vigias que trabalham no porão do navio. Apenas um em cada navio. Quando na verdade para maior segurança da classe, das embarcações e das próprias mercadorias, este número deveria ser ampliado em mais um, o que significaria acréscimo de mais 30 empregos na cidade de Paranguá.

O número de empregos à primeira vista pode ser insignificante, mas tendo em vista os problemas sociais que hoje o país enfrenta, qualquer ampliação neste setor é altamente salutar.

Se para os vigias é um alento, para os armadores os gastos seriam pequenos e propiciariam segurança para os navios.

Hoje, revela o Presidente do Sindicato dos vigias, não temos qualquer segurança nos navios. Enquanto um vigia faz o trabalho numa parte do navio a outra fica totalmente desguarnecida, podendo significar, inclusive, brecha para ação de marginais nas embarcações, principalmente à noite.

Proposta dos vigias encontra respaldo do Delegado de Polícia Federal em Paranaguá, Doutor Ivo dos Santos e de outras autoridades locais bem como o próprio Capital dos Portos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que tal medida seria preventiva. Recentemente, no Porto de Santos, registrou-se uma consequência de atos de pirataria nos navios ali ancorados. Só depois que os armadores tiveram enormes prejuízos é que as medidas de segurança foram tomadas. Agora, naquela cidade, dois vigias trabalham em cada navio, antecipando-se ao que prevê o projeto de lei que tramita na Câmara Federal.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputado, além dos problemas de segurança, se a proposta dos vigias de Paranaguá tiver receptividade, haverá também aumento de empregos na cidade que representamos nesta Casa de Leis. A nossa preocupação por outro lado é que não se repitam os assaltos que eram praticados em Santos.

Há menos de um mês, vigias de Paranaguá ajudaram Agentes da Polícia Federal a impedir roubos de mercadorias do navio Toulon, de bandeira francesa. Os métodos utilizados pelos assaltantes são idênticos aos ocorridos em Santos, eles vinham numa pequena embarcação, tentando assim burlar a vigilância do vigia.

Além dos vigias, existe a possibilidade de se ampliar vagas também em outros setores do Porto, segundo levantamento dos Sindicatos de Paranaguá.

Na área de arrumadores, existe a possibilidade de se atender mais trinta desempregados, nos estivadores, mais trinta pessoas podem ser requisitadas e no Sindicato dos Conservadores, pelo menos mais cinco vagas.

O atendimento ao apelo dos Líderes Sindicais de Paranaguá, minimizaria os problemas sociais da região.

Esse discurso que fizemos, Senhor Presidente, Deputado Nilso Sguarezi, é no sentido que Vossa Excelência, com seu alto espírito de justiça e equidade, some-se a essa nossa iniciativa, tentando lograr êxito na nossa pretensão. E encerrando nosso discurso, queremos abordar um assunto que nos deixou profundamente magoados.

Quando da chegada do último exilado, Teodorico, não sei das quantas, chegou ao Brasil como se fosse um herói, recebido por mais de duzentos cidadãos no Aeroporto do Galeão. Um elemento que foi banido, que foi exilado, porque assassinou um sargento da Aeronáutica e assaltou quatro bancos à mão armada. Nós queremos com isso dizer que a anistia geral, deve ser esquecida, mas ele voltou arrogantemente, voltou dizendo que não se arrependia do ato que ele praticou há dez ou quinze anos e é por isso que levantamos a nossa voz, somando-se a do Primaz da Igreja Católica, Dom Ave-

lar, que se negou a recebê-lo numa audiência previamente marcada.

Nosso protesto a ele e nosso aplauso ao Primaz da Igreja Católica, Dom Avelar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa anuncia a presença do Prefeito de Chopinzinho, Senhor Albino Escobar.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente Senhores Deputados.

É lamentável a mudança tão rápida e radical do comportamento de homens neste País.

Lembramos que há dois anos, antes do PMDB assumir o comando do Estado e assumir o comando da Nação, eles se propunham a ser os salvadores de todos os problemas sociais do País, a ser os salvadores de todos os trabalhadores neste País e propunham também a ser os salvadores da natureza brasileira.

E é com pesar que vemos, hoje, noticiado em todos os jornais da região do Norte do Paraná, uma atitude pessoal, arbitrária e antiparanista, do Delegado Estadual do IBDF, Fernando Herkenhoff, que autorizou por livre e espontânea vontade, o corte de mais de 5.200 árvores dentro do perímetro urbano da cidade de Apucarana.

É lamentável a arbitrariedade com que esse cidadão está agindo neste caso, uma área que é decretada como utilidade pública, uma área que vem sendo o pulmão verde da cidade, uma área que para ter o seu corte teve os pareceres contra do ITC e é lamentável a atitude arbitrário deste cidadão, Delegado do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal.

E eu lanço isso como débito, débito dos princípios pregados pelo PMDB que, no tempo da campanha, viraram os ecologistas salvadores da Pátria, e que hoje, aceitam, pacificamente, a destruição de nossas reservas florestais, sem ter o mínimo de escrúpulos, para que essas reservas sejam preservadas.

Onde fica a filosofia do PMDB quando que, por interesse de uma só empresa, coisas que os pemedebistas combatiam, por interesse de uma só empresa, autorizam um desmate dentro de um perímetro urbano.

Nós temos que nos prevenir, porque, de maneira como estão se processando as coisas neste Estado, está sendo um Estado do "Deus dará", quando nós vemos aqui, nas palavras de um Pastor, em que diz "primeira providência feita neste País, quando aqui chegaram os primeiros pioneiros, os desbravadores, foi derrubar uma árvore para fazer uma cruz".

Vimos hoje os novos Salvadores da Pátria, autorizar, sem escrúpulos, o desmatamento de novas florestas, de nossas reservas, sem, ao menos preservar os decretos de utilidades públicas, isto tudo, em detrimento de interesses de uma empresa.

É vergonhoso, e é lamentável, e eu deixo aqui o meu voto de pesar por mais esta atitude pemedebista no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista, inscrito. (Declina).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de ontem, 9 de setembro, comemorou-se a nível de Brasil, o Dia do Médico veterinário.

famos, no dia de ontem, fazer o nosso pronunciamento de saudação a essa categoria de profissionais a qual pertencemos e também dar entrada de um requerimento, o qual, esperamos, seja aprovado por todos os demais Parlamentares desta Casa, no sentido de nos congratularmos com os distintos colegas médicos veterinários existentes em nosso Estado.

Não o fizemos no dia de ontem, por motivos óbvios, em sessão plenária. Mas, hoje, embora tardiamente, vimos a esta tribuna para registrar, mesmo que rapidamente, o transcurso, no dia de ontem, do Dia Nacional do Médico Veterinário.

Todos nós que aqui estamos e que aqui convivemos não só na Assembléia, como Deputado Estadual, mas em todo o Estado do Paraná, conhecemos e sabemos da labuta, do dia-a-dia, da vida, enfim, do médico veterinário a serviço da pecuária, a serviço da agropecuária, a serviço, principalmente, do ser humano paranaense e brasileiro.

Quem de nós, brasileiros, desconhece o valor, o trabalho empreendido e desenvolvido por esses profissionais da área médica que, diuturnamente, a qualquer instante, a qualquer hora, com chuva ou com sol, com frio ou calor, vê-se, muitas vezes, obrigado a deixar o aconchego de seu lar, para ir atender e salvar um animal, seja ele de valor econômico, seja ele de valor de estimação. E toda vez que o médico veterinário assim procede, ele está ajudando o ser humano, seja no seu aspecto econômico, seja no aspecto humanístico, seja, principalmente, no aspecto da saúde pública, porque o médico veterinário ao lado dos médicos, são na realidade, os maiores defensores da saúde humana, porque o médico veterinário ao combater, ao prevenir, ao ensinar a profilaxia das zoonoses, doenças que acometem tanto o ser humano como os

animais, o médico veterinário está ajudando em termos de saúde pública toda população. A vida de um médico veterinário é mais do que um acerdócio, porque lida com pessoas, ou melhor dizendo, lida com animais que não têm alma, que não têm, muitas vezes, até sentimentos, que não diz que mal o aflige, onde é que dói, onde é que a coisa está errada.

Por esta razão, tem que ter o médico veterinário um senso muito aprofundado, uma perspicácia muito aguçada, para ao examinar clinicamente, e posteriormente, se necessário for, através de um exame laboratorial, diagnosticar o mal, a enfermidade que afeta aquele animal que também tem o seu valor no meio em que vivemos.

Por esta razão é que nós, neste momento, na qualidade hoje de Deputado Estadual, mas como médico veterinário militante que fomos por mais de quatro anos, através do serviço de extensão rural da ACARPA, queremos, nesta tarde, lembrar

desta categoria de profissionais, que tantos serviços têm prestado ao nosso Estado, a nossa Nação e ao mundo inteiro. E por isso é que conclamo a todos os Senhores Deputado, a aprovarem o requerimento que demos entrada, de congratulações aos médicos veterinários do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Apenas porque talvez, dentro de quatro ou cinco dias, deixamos de comparecer a esta Assembléia, talvez o nosso jeton fora cortado. E uma pergunta ao candidato do PMDB a Prefeito de Curitiba, que não aparece na sessão há mais de quarenta dias.

Onde está a moralidade? Onde está o Governo transparente? Onde estão os homens do palanque diziam ao Povo do Paraná, que haveria de ter a regência, concordância e colocação, no esquema financeiro da Assembléia do povo do Paraná?

Não requeremos porque não é de nosso costume, mas as nossas faltas, as faltas de outros Deputados, talvez seus jetons sejam cortados. Onde estão os defensores da honestidade, para dizerem porque o Deputado, os Deputados, não levam falta e recebem seus jetons? Porque são candidatos derrotados por Jaime Lerner? Porque são candidatos que não têm defesa do indefensável?

Queria que, neste instante, após o ilustre homem que comanda a Liderança do PMDB, me dissesse que requeria as faltas concedidas ao Deputado candidato Roberto Requião, que pedisse uma certidão desta anomalia, para que nós víssemos o Governo

transparente do PMDB, para que vissemos quarenta dias de falta dum Parlamentar que merecia a sanção, que merecia a cassação do seu mandato.

Onde estão os defensores da verdade? Onde estão os Srs. Deputados, Sr. Presidente, os homens que acobertam, que dão presença a quarenta dias de faltas, e depois pedem certidão para sancionar as oposições.

Onde estão, Sr. Presidente, os homens que querem ganhar a Prefeitura de Curitiba? Onde estão, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, que vejam que o ilustre candidato a Prefeito, sem se dignar a pedir licença, faltou quarenta dias consecutivos. É passível de cassação de mandato, ou então, nós estamos numa republiqueta onde nada vale, onde vale a força, onde vale a força coercitiva, e nós da Oposição queremos dizer ao pessoal do PMDB, que registrem esta nota; que o seu candidato há quarenta dias não aparece; e vamos pedir certidão das faltas e da tutela que ele esta recebendo pela Bancada, pela Liderança deste Partido que não pode falir com o Poder, que é a Assembléia Legislativa.

Onde está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta barbaridade? - (Sem revisão do Orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nilzo Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apoiando praticamente pela unanimidade dos Pares desta Assembléia, demos entrada à Emenda Constitucional que visa implementar, no Paraná, as disposições estaduais da Emenda 17 da Constituição Federal, que outros Estados brasileiros adotaram imediatamente após 1980, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Entre estes Estados que já exercitaram a faculdade permitida pela Emenda 17, estão os nossos vizinhos do cone Sul, os quais adotaram critérios mais ou menos idênticos ao que nós definimos na Emenda Constitucional.

Talvez não acreditando na força política do Legislativo Paranaense, os nossos municipalistas, até hoje, procuraram encaminhar a presente Reforma Tributária, por proposta do Executivo. A verdade, no entanto, é que também ao legislador estadual cabe a iniciativa da proposta que ora se apresenta à discussão. Outra não pode ser a interpretação do Texto Constitucional introduzido pela Emenda 17, que dispõe em seu Artigo 23 da Constituição Federal, item 8.º: Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item 2, - (que é o

ICM), 80% constituirão receita dos Estados e 20% dos Municípios. As parcelas pertencentes aos municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito.

O Parágrafo 9.º do Artigo 23 da Constituição Federal assevera: "As parcelas de receita aos municípios a que se refere o parágrafo anterior, serão creditados de acordo com os seguintes critérios: 1.º - no mínimo 3/4, ou seja, 75% na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadoria realizada em seu respectivos territórios.

2.º no máximo 1/4, ou seja, 25%, de acordo com o que dispuser a lei estadual".

A discussão e votação desta matéria suscitará polêmica acirrada entre os nossos municípios. Destes, 245 aumentarão suas receitas pela amplitude de suas participações na divisão do ICM, ao passo que os outros 66 verão diminuídos os seus percentuais. É evidente que aplausos e protestos surgirão no nosso cenário político e que acabarão no nosso Plenário.

Urge pois, que se tenha uma visão muito clara e consciente dos objetivos buscados e pretendidos com a presente Emenda Constitucional.

Os tempos exigem mudanças, a situação aflitiva do municipalismo cobra dos legisladores, uma postura altaneira para interpretar a realidade histórica, principalmente aqui no Paraná, desta unidade da Federação que se pretende seja restaurada e recuperada: a Reforma Tributária já.

Sei muito bem que ao receber o apoio dos nobres colegas, prevaleceu a correta análise de que não se pode mais aceitar o sofisma propalado que se vai tirar dos grandes para repartir com os pequenos, ou que estamos propondo a socialização da miséria. Não. Entendo que a Reforma Tributária terá que ser feita em dois níveis, a fim de que sejam contempladas as peculiaridades e características próprias de cada unidade federada. O Paraná tem na agricultura a sua projeção e eficiência maior: preservar a nossa estrutura fundiária, estrutura fundiária que permitiu em menos de meio século liderarmos a produção agrícola brasileira, preservamos esta estrutura fundiária, é tarefa e responsabilidade histórica dos que hoje decidem em nome do povo e dos que, democraticamente, pretendem representá-lo. É que, a par desta pujança do Paraná, paira também a inexorável realidade dos números da evasão rural e da miserabilidade que começa a atingir nossas comunidades paranaenses. Assistir a desordenada concentração urbana sem nada tentar, acredito, não seja o procedimento apropriado para os tempos da Nova República.

Só uma ação consciente e uma atitude corajosa, livre das análises imediatistas e estreitas, recomenda a correção de rumos

por uma melhor e mais justa distribuição dos recursos financeiros que o autoritarismo e a concentração geraram. Já se esboça a nível federal, uma reforma emergencial do bolo tributário, até que a Constituinte possa, repensado a Nação, definir com clareza, legitimidade e base democrática, as necessidades administrativas e tributárias que os três níveis de Poder precisam ter.

O novo quadro social do Paraná, os movimentos sociais que marcam o quadrante da realidade paranaense, exteriorizados pela restauração das liberdades e pelo reconhecimento das garantias individuais, exigem uma nova adequação dos recursos financeiros do Estado, como entidade preservadora e coordenadora da Justiça Social. Não queremos tirar dos grandes para dar aos pequenos. Buscamos corrigir distorções. Pretendemos assegurar maiores recursos onde a demanda é maior e onde as levadas populacionais reclamam, e apresentam maiores necessidades, mas sem perder uma visão muito clara e paranista, que é imperioso vermos o fruto deste Paraná, e não apenas o presente. Este, o presente, reflete também e em muito os descaminhos pelas concentrações urbanas que se formaram, mas em virtude do esvaziamento financeiro dos pequenos e médios municípios que dá marcante e inexorável tendência a urbanização.

Ninguém tenha a ilustração de que é preciso frear a urbanização. Mas, manter a estrutura fundiária paranaense, hoje é fundamental.

Nada mais rápido e destruidor dessa estrutura fundiária, que permitiu a distribuição da propriedade, que o empobrecimento das administrações locais.

Fortificar estas administrações é o primeiro e fundamental passo da democratização. Um robusto poder municipal é o mecanismo vivificante do regime democrático e o melhor antídoto contra o concentracionismo da propriedade.

A experiência tem demonstrado que as nossas cidades grandes por mais recursos que possuam e por mais que se esmerem na solução dos seus incontáveis problemas, não conseguem deter a migração Cidade-Campo, que desordena um crescimento planejado.

Por outro lado recentes estudos provam que ao Poder Público o homem rural custa 20 vezes menos que o homem urbano.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Parecerá até contraditório que, se queira ajudar o Município de Curitiba, por exemplo, ao retirar-lhe significativamente fatia orçamentária.

Na verdade, pela proposta, Curitiba perderia um percentual de 15% e sua cota de ICM, ou aproximadamente 84 bilhões de cruzeiros para o exercício de 1986, se aceita a Emenda Constitucional.

Na verdade, se bem aplicado este mesmo dinheiro no interior do Estado, temos a forma de contermos um ameaçador drama, que futuramente ameaça esta Capital, vítima também como as demais megalópolis que surgiram pela concentração populacional.

Não se quer prejudicar os grandes municípios como é o caso de Londrina, que seja proposta deverá perder aproximadamente trinta e quatro bilhões de cruzeiros.

O que se busca é dar recursos aos pequenos para que estes não despejem quotidianamente suas populações rurais desassistidas nas periferias das grandes cidades, onde está provado que os recursos sempre serão insuficientes.

Já temos 80 mil desempregos em Curitiba e mais de 70 mil favelados. Comprova-se que as necessidades das grandes cidades aumentam na proporção direta de seu crescimento, e mesmo como conseguem encontrar soluções, ou seja, os problemas aumentam na medida que são resolvidos. E para viabilizar essas soluções, seus recursos financeiros voando, viram o mecanismo do saco sem fundo, porque passam a ser verdadeiro chamariz para as novas migrações rurais pelo atrativo da grande cidade e pela impossibilidade da retenção populacional no interior que está desprovido destes mesmos recursos.

O momento político para implementar-se esta reforma tributária que Sta. Catarina, São Paulo e Grande do Sul o fizeram já em 1980 - 81 e 82, é agora no Paraná. Exatamente agora quando vai se processar uma nova redistribuição dos recursos federais, possibilitando assim que os Municípios que venham a perder percentual de ICM, tenham condições de absorver esta queda com os novos repasses dos recursos federais, quer pelo Fundo de Participação dos Municípios que começará a ser recebido neste próximo mês, quer pela redistribuição da Taxa Rodoviária Única que será somente dos Estados e Municípios.

Na prática, temos a esperança que ninguém de fato tenha reduzido seus recursos, com esse aporte de recursos federais, de novos recursos federais, apenas, temos a esperança, alguns terão aumento em suas receitas, objetivo primeiro e principal desta Reforma Tributária via Emenda Constitucional que propusemos com, praticamente, a unanimidade das assinaturas dos Senhores Deputados da Casa que, por uma questão de justiça, de todos os Deputados procurados, nenhum se negou a assinar esta Emenda Constitucional.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, claro que os Senhores Deputados assinaram a Emenda Constitucional proposta por Vossa Excelência, porque é praxe, é norma. O posicionamento de todos os Deputados natu-



ralmente ficará patenteado, quando da discussão efetivamente da matéria, e da votação, não quer dizer, absolutamente, que, o Deputado que tenha assinado a Emenda proposta por Vossa Excelência, esteja favorável a ela; claro que este assunto merecerá um debate muito grande, e não estamos, nesta oportunidade, colocando a nossa posição em função dessa matéria. É a vantagem da Democracia, os debates constates em torno de uma matéria importante como esta proposta por Vossa Excelência, contudo, eu fico a indagar, qual seria, dentro daquilo que Vossa Excelência, pode manifestar - pelo menos aquilo que eu pude entender - qual seria o erro, ou o pecado de um Município de grande porte, ou de médio porte, que, teria, ele, de arcar com a responsabilidade de prender ou de manter o homem do campo no seu "habitat" natural, de manter o homem da zona rural cuidando da terra e ficando no seu município de origem?

Quer nos parecer que, essa responsabilidade, seria, inicialmente, da União, e posteriormente, do Estado, o que nós precisamos efetivamente debater, e votar, e discutir, é, um movimento, para que os municípios, sejam eles pequenos ou grandes, não mais caminhem de "chapéus nas mãos" buscando recursos junto aos Governos dos Estados e ao Governo da União. Citaria um exemplo claro:

O Governo do Estado do Paraná implantou o seu Programa PRAN - é um programa que está a ajudar os Municípios cuja população alcance o número de 50.000 habitantes; é um programa que tem dado alguns resultados, é um programa que tem mantido o homem do interior, no interior, mas é um programa que tem sido custeado, além do empréstimo de origem internacional, tem sido custeado pelo Governo do Estado do Paraná, quando esse dinheiro que é doado, quando esse dinheiro que é repassado a fundo perdido, para os Municípios, deveria pertencer ao município independentemente do programa, do PRAN, porque esse dinheiro foi gerado no Município pequeno e no município médio, e até no município grande! O que nós precisamos acabar, neste País, é com a dependência, proposta inclusive por Vossa Excelência, do município pequeno, dependente do Município médio, este, dependente do Município grande, e este, dependente do Estado, e este, dependente da União! Nós precisamos partir para uma Reforma Tributária, Vossa Excelência, me parece, mas, de forma mais firme e cobrando, da União especificamente, depois do Estado, para que as riquezas dos Municípios fiquem nos municípios. Eu não acho que seria competência de Londrina, de Ponta Grossa, de Cascavel, de Curitiba ou de Toledo, de Pato Branco, cidade de Vossa Excelência, cidade de porte médio, manter o trabalhador rural na zona rural, isto, é

obrigação do Governo da União!

Então, Excelência, salvo melhores explicações em maiores debates, eu fico realmente com um "pé prá trás" nessa proposta de Vossa Excelência, porque acho que seria, a política que se pratica neste País ao longo de muitos anos, a política do "chapéu na mão", isto realmente não é bom, nem para o pequeno, nem para o médio, nem para o grande, o que nós queremos é justiça, o que nós queremos é que o dinheiro do Município pequeno fique lá, que o dinheiro do Município médio fique lá, e assim por diante, e não, que, o município médio ou o grande tenham a responsabilidade de manter o trabalhador rural no seu "habitat" natural, quando essa responsabilidade acima de tudo é do Governo Federal, que leva tudo do município pequeno, do médio e do grande, desenvolvendo muito pouco.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Nobre Deputado Ferrari Júnior, eu compreende perfeitamente a posição de Vossa Excelência, representante do Município de Maringá.

O Sr. Ferrari Júnior- Permita-me, para não se cometer uma injustiça, nem para que Vossa Excelência trilhe um caminho errado. Vossa Excelência sabe da simpatia que dedico a esse Deputado e o respeito que tenho por esse Deputado por sua conduta nesta Casa. Não falo como representante de uma cidade de porte médio ou de uma cidade de porte grande, eu represento, nesta Assembleia, 25 municípios, de 25 municípios, Excelência, 24 são municípios pequenos. Um município é de porte médio.

Então trilhe outro caminho porque este está errado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Se Vossa Excelência tivesse me permitido eu ia concluir que Vossa Excelência mesmo representante de Maringá, e, quer queira ou quer não, Vossa Excelência é identificado por Maringá, um homem por ter sido inclusive Vereador dos mais brilhantes naquele município. E aí a posição que eu entendo de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência confessa a dúvida e a posição ainda não definida de Vossa Excelência, em função exatamente de representar também pequenos municípios. Eu entendo a tese de Vossa Excelência.

Vossa Excelência defende de que maior recursos aos municípios devem ser dados à União e não encontrar-se uma solução na parte que fica aos municípios.

Eu quero, todavia, esclarecer o seguinte. A Reforma Tributária, nobre Deputado, tão sonhada pelos municipalistas brasileiros, pelo municipalismo, que tem dado uma prova eloquente de mobilização, principalmente por parte do nosso Prefeito, Vereadores, que têm ocorrido a Brasi-

lia, seguidamente, audiências com Presidente da República, com Presidente do Congresso, com Ministros e que tem sido paulatinamente debatida nessa Nação, sem a qual acredito, realmente, nós não conseguiremos estabilizar a vida brasileira. Sem fortificarmos o poder local nós não teremos o poder local nós não teremos nunca, realmente, uma democracia sólida, consolidada.

Mas, nobre Deputado Ferrari Júnior, o Congresso Nacional, atendendo esta reivindicação do municipalismo, em 2 de dezembro de 1980, promoveu esta Emenda Constitucional n. 17, que permite aos Estados em 25% da cota que pertence aos Municípios, o Estado ter a faculdade de legislar. Porque nesta Federação Brasileira cada Estado tem a sua peculiaridade, é através dessa Emenda Constitucional, que poderemos dar maiores recursos aos municípios que têm maior população. Porque eu entendo que a presença de gente, de população. Porque eu entendo que a presença de gente, de população, significa muito mais problema do que municípios que são latifúndios. Como estão provados nos números aqui, relacionados, da simulação que nós mandamos proceder no SERPRO. Município que são latifúndios, que não têm população, que não têm números de propriedades, realmente perdem ICM. Mas, municípios com grande densidade populacional, com maior número de propriedades, esses detêm e dependem de mais demanda e esses acabam ganhando na Emenda Constitucional.

Por outro lado, eu entendo também, de que não adianta nós darmos recursos a Curitiba, cidade grande. Nós vamos gerar aquele mecanismo, inclusive do "saco sem fundo".

Pergunto aos Senhores: Adiantaria nós enchemos praticamente São Paulo, com maiores recursos para que São Paulo resolvesse os seus problemas, o que que nós teríamos? Cada vez um atrativo maior do homem vir para a grande cidade. Acho que a solução desse problema está nas duas coisas: investirmos recursos aos grandes municípios, mas não esquecermos dos pequenos municípios, pois eles vivem praticamente em miserabilidade.

Só para esclarecer a Vossa Excelência, que realmente o tema é polêmico. Tão polêmico no Paraná, porque ele não foi implantado no momento adequado. O erro do municipalismo do Paraná não foi ter ocorrido imediatamente ao Legislativo, isso é a crítica que nós fazemos aos Senhores Prefeitos, talvez não acreditando na força política do Legislativo, sempre se procurou encaminhar esta emenda por proposta do Executivo e o Executivo fica dividido em defender o grande município e o pequeno município. Mas é uma faculdade que a Constituição Federal confere ao Estado. Então, agora, depois de 1980, depois de

praticamente 5 anos em que se manteve esse critério injusto da distribuição do ICM no Paraná, porque o valor adicionado na verdade privilegia os municípios que apenas comercializam ou industrializam os produtos em detrimento daqueles que são os grandes produtores deste Estado, os Municípios do Interior. Estes é que produzem, mas pelo valor adicionado, os 100% do valor adicionado têm gerado realmente uma injustiça com muitos pequenos municípios.

O Sr. Ferrari Júnior- Vossa Excelência me permite uma observação rápida para eu encerrar a minha participação. (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência citou por exemplo, São Paulo. Ele disse que adiantaria São Paulo com uma arrecadação que tem, o maior, e de que adiantaria Curitiba e a cidade grande?

Ora, Excelência, Curitiba com que arrecada, e São Paulo, e Londrina, e Maringá, e Ponta Grossa, e Cascavel e etc., é uma arrecadação pequena, Excelência. Tanto é pequena que há o desemprego, que há a fome, que há velhice desamparada, que há criança na rua porque a concentração de riqueza está na União.

E esta idéia, Excelência, de se aproveitar, ou de se utilizar, ou de se fazer andar esta Emenda que Vossa Excelência citou do Congresso Nacional, é uma posição muito cômoda, Excelência. Nós temos que brigar é com a descentralização de rendas, e brigar com o Governo Federal que, aliás, é uma proposta nossa, proposta do PMDB. Nós fizemos essa proposta na rua e não podemos agora, salvo melhor juízo, enfiar goela abaixo da população do Estado do Paraná, essa Emenda. O que nós temos que fazer, repito: é brigar com o Governo Federal para que ele remeta aos Municípios, aos Estados o que pertence aos Municípios e aos Estados, além do que foi proposta nossa de campanha, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu concordo com Vossa Excelência, e se Vossa Excelência assistiu com atenção ao meu pronunciamento, eu defendo a tese de que a Reforma Tributária tem de ser feita em dois níveis.

Não acredito em justiça tributária no Brasil com uma regra geral para esta Nação. Não acredito em que aqui no Sul, na estrutura fundiária do Paraná, esta mesma estrutura fundiária que permitiu a este Estado se populacionar em meio século e ser a maior produtividade agrícola desta Nação com apenas 2% do seu território ter o mesmo tratamento fiscal que têm os Estados do Nordeste, onde existem grandes latifundiários, onde a estrutura fundiária é outra, onde realmente estão os grandes problemas desta Nação.

Preservar esta estrutura fundiária é faculdade que a Constituição Federal nos assegure, e é uma das primeiras metas da Reforma Tributária, que deve ser feita em dois níveis. Eu não abduco, em hipótese alguma, de que nós devemos sacar o grande bolo do Governo Federal. Mas esta é uma Reforma que acredito só virá realmente com letimidade, como eu disse, quando a Constituinte vier a ser neste País uma realidade.

Portanto, nobre Deputado Ferrari Júnior, eu sei que é tema é polêmico. O tema é tão polêmico que, na última eleição da Associação dos Municípios, houve realmente a disputa em torno da Associação dos Municípios e foi gerada exatamente em função disso, porque num Congresso da Associação dos Municípios em Londrina entendeu-se, naquela oportunidade, de que esta Emenda deveria ser aprovada; e como esta Emenda não conseguiu chegar à Assembléia, a disputa se travou exclusivamente em torno desta Emenda.

Portanto, eu acredito que cumpro, por parte daqueles municípios que, ao verem agora a projeção dos seus índices de ICM para o próximo exercício, estão desalentados, estão desassistidos. Eu coloco à disposição na Casa, e acredito que esta é a tarefa do Legislativo.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, apoiei a sua Emenda Constitucional dentro da tradicional praxe desta Casa para facilitar a obtenção do número legal para a apresentação desta Emenda.

Mas, em princípio, nobre Presidente, sou contrário aos termos em que está posta esta Emenda Constitucional. Na próxima semana, virei à tribuna desta Casa trazendo dados específicos sobre a Região de Ponta Grossa e tentarei demonstrar de que não é uma boa política nós tirarmos receitas dos grandes e médios municípios para atendermos os interesses dos pequenos municípios. Acho que os pequenos municípios devem ser melhor atendidos, mas neste bolo todo da arrecadação federal, eles devem ser atendidos pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado; a parcela que já toca aos grandes municípios não pode ser alterada.

O fato de se atender melhor os pequenos municípios não significa jamais que os problemas das grandes cidades serão superados ou diminuídos; ao contrário: à medida em que na zona rural se cria uma classe de lavradores com maior poder aquisitivo, mais gente vem para as grandes cidades. Acho que o tema é bastante polêmico e registrarei a minha posição em pronunciamento na próxima semana.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço a participação de Vossa Excelência. E realmente a partir do debate de todas estas posições é que teremos uma visão muito clara da oportunidade ou não da aprovação desta Emenda. Acredito que o debate desta Emenda contribuirá, significativamente, para levantarmos a realidade deste Estado. Quando o Legislador Federal permitiu que cada Estado tivesse suas peculiaridades na mão é para que os Legislativos Estaduais também não ficassem vazios, para que cada Estado pudesse ter sua identidade própria.

O Paraná tem esta identidade agrícola. Somos por vocação uma identidade agrícola e somos, por vocação, uma identidade agrícola e esta estrutura fundiária temos que preservá-la a qualquer custo.

Quando se fala em Reforma Agrária no Brasil, os termos da Reforma Agrária no Paraná são totalmente diferentes. Porque temos uma identidade própria e isto está baseado na estrutura fundiária que conseguimos ter aqui. Acho que esta Emenda trará uma contribuição à discussão e acredito que o tema, embora polêmico, será debatido intensamente aqui no Plenário.

O sr. Gabriel Manoel - Queria dizer a Vossa Excelência que o Deputado Ferrari Júnior pecou ao dizer que quem foi apenso à vossa assinatura amanhã não estará com Vossa Excelência. E nós, como representantes do Partido da Frente Liberal, estamos em gênero, número e grau com Vossa Excelência. Vossa Excelência está certo. Vossa Excelência na sua assertiva, talvez, o "calcanhar de Aquiles" de alguns Deputados que duvidam de nossa assinatura. Onde colocamos o nosso nome, há de ser honrado. E o Deputado Ferrari Júnior não tem o direito de sofismar de nossa assinatura. Não tem o direito porque ele não tem condições morais de dizer que quando apoiamos uma tese certa, vamos dar para trás.

Ficamos ligeiramente ofendidos por esta infantilidade. Talvez pela falta de coerência. Quando colocamos a nossa assinatura em um requerimento, é porque estamos conscientes e aprovamos em gênero, número e grau ...

O SR. NILSO SGUAREZI - Fico satisfeito com o aparte de Vossa Excelência e o apoio.

O sr. Gabriel Manoel - ... apoiamos a Vossa Excelência e só queríamos dizer ao Deputado Ferrari Júnior que respeite os cabelos brancos dos deputados das outras bancadas.

O Sr. Ferrari Júnior - Excelência, me permite, é que eu não havia visto o garrafinho do Deputado Gabriel Manoel na matéria. Falei em meu nome e não em nome deles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede dois minutos ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi, para prosseguimento de seu discurso.

O SR. NILSO SGUAREZI - Para concluir, gostaria de ceder um aparte ao nobre Deputado Orlando Pessuti, que me havia pedido e, infelizmente, o tempo se esgotou. Vossa Excelência conclua neste um minuto.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Nilso Sguarezi, gostaríamos de, neste momento, acompanhá-lo neste seu raciocínio, quanto traz à tribuna matéria de tão grande importância para todos os municípios do Estado do Paraná. E acredito que deveríamos encaminhar esta discussão não pensando apenas em termos de município grande, ou município pequeno. O que temos que levar em consideração é que não se pretende tirar dos grandes. E aí é que está a importância da Emenda n. 17. É não se tirar dos pequenos. Porque hoje o que acontece, Vossa Excelência frisou muito bem, os grandes municípios, por terem um parque industrial mais evoluído, por terem centros de comercialização mais adiantados, acabem ficando com a maioria das receitas tributárias que poderiam e que deveriam ficar no pequeno município. A questão não é tirar do grande, é evitar e impedir que se tire aquilo que é do direito dos pequenos municípios. Porque entendemos que a partir do momento em que o pequeno município, a pequena comunidade, tenha mais recursos para oferecer outros benefícios à população, ela permanecerá no pequeno município e não irá inchar as grandes cidades.

A continuar a distribuição da maneira como está colocada, nós cada vez mais iremos empobrecendo as pequenas comunidades, os municípios pequenos e também criando mais e mais problemas para os grandes municípios; porque, por mais dinheiro que venhamos a oferecer a eles, não terão condições de socorrer aqueles que venham a deixar os pequenos municípios.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço a Vossa Excelência e a matéria está à discussão da Casa. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças. A Mesa registra a presença dos Agentes de Segurança da Secretaria de Segurança que se encontram no balcão deste plenário e desejamos-lhes boas vindas. A Mesa consulta à bancada do PMDB se fará uso da palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Antes de declinarmos oradores que farão o Horário das Lideranças do PMDB, gostaria de em nome da Liderança da nossa Bancada, re-

gistrar nosso voto de congratulações pela passagem no dia de hoje do "Dia da Imprensa" a estes valorosos homens que no jornal, na televisão, no rádio, mantêm a informação para todos os brasileiros, levando ao conhecimento da Nação o que acontece no seu seio. Fica aqui penhorada a homenagem da Liderança do PMDB, o reconhecimento por este trabalho e o desejo que esta categoria profissional, no cumprimento da sua missão, transmitam sempre cada vez mais as informações ao povo brasileiro de que ele necessita.

Enquanto houver, Senhor Presidente, Senhores Deputados, liberdade de imprensa nós temos certeza de que haverá democracia.

No Horário da Liderança do PMDB usará a palavra o Deputado Paulo Furiatti e depois Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, no Horário das Lideranças.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de hoje, os bancários de todo o país mobilizam-se em assembleias para decidir o destino do movimento que vem acontecendo já alguns meses neste País.

Sem dúvida, os bancários têm, no dia a dia, diante de si, a verdadeira contradição diante do capital e o trabalho.

Todos nós sabemos os lucros imensos que os banqueiros alferem todos os dias, e os salários baixos em que recebem esta categoria.

Muito se tem debatido se o aumento real de salário gera ou não inflação. Mas, na realidade, podemos observar o exemplo do setor industrial que tem como principal item de custos não os salários, mas os juros bancários dos banqueiros, seguidos dos impostos e taxas governamentais e matérias primas.

Diante disso, ocupamos a tribuna no dia de hoje para prestar a nossa solidariedade aos bancários e à sua luta. Mas, esta solidariedade não ficará somente na questão verbal, mas acatando sugestão na federal dos bancários do Estado do Paraná, estamos apresentando, no dia de hoje, um projeto de lei que estabelece a estabilidade do emprego para os funcionários concursados e que trabalham em empresas do Governo.

A presente proposição foi debatida e estudada de modo a assegurar seu amparo constitucional. E o disposto no Artigo 8 da Constituição, que poderia ser entendida como impeditiva, esta proposição ela não se aplica porque o que aqui propomos é o estabelecimento de normas apenas e tão somente para os empregados das empresas de

propriedade ou sobre controle acionário do Estado do Paraná.

Normas que podem ser adotadas pelo Estado como titular do direito de propriedade, seja por iniciativa do Poder Executivo, seja por iniciativa desta Assembléia Legislativa.

Tudo indica que os trabalhadores acabarão por conquistar a estabilidade do emprego para todas as categorias profissionais, vencendo as resistências das forças que se opõem à democratização da estrutura da empresa brasileira.

Enquanto isto, nada impede, antes aconselha a iniciativa de democratizar as relações de emprego nas empresas estatais, será esta a melhor demonstração de coerência das autoridades governamentais, que se dizem defensoras das reformas sociais, será pelo via do exemplo, nas suas empresas, que o governo conquistará autoridade moral, para afinal, legislar sobre o direito do trabalho, estendendo às empresas privadas a grande conquista da proteção contra as demissões arbitrárias.

A apresentação desta proposição, resulta de um compromisso moral assumido pelos políticos do PMDB, desde os tempos heróicos da resistência democrática do MDB.

Ao longo das últimas duas décadas, o nosso partido assumiu claros e irrecusáveis compromissos com a classe trabalhadora, no sentido de defender a democracia social, entre outras medidas através da modernização do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, harmonizando com a garantia do emprego.

A defesa desses princípios, foi o fator decisivo para que o PMDB conquistasse a confiança da maioria da Nação, representada pela classe trabalhadora e chegasse ao poder pelo voto popular, precisamente nos Estados onde é mais expressivo o contingente populacional assalariado.

Neste primeiro passo, para o resgate daquele compromisso, esperamos contar com o apoio das lideranças políticas e do Governo do Estado do Paraná, que sem dúvida esta Assembléia aprovará a estabilidade do emprego e o Governador José Richa deverá sancioná-la.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - (Lê):

"Os compostos organo-clorados, organo-fosforados e carbamatos têm contra si, o libelo científico de serem causadores de paralisia, cegueira, efeitos cancerígenos e outras doenças incuráveis ou letais. Porém, a venda

destes pesticidas é livremente praticada no 3.º Mundo, conforme revelou em 1981 a Revista "Newsweek"; e o mais grave é que o uso destes produtos não encontra mais justificativa sob o prisma estritamente econômico da rentabilidade das lavouras: embora sejam utilizados pelos agricultores 12 vezes mais pesticidas que há 30 anos, as perdas dos cultivos quase duplicaram."

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Na ocasião em que, em conjunto com os nobres Deputados Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, e Sabino Campos, elaboramos o plano de lei que viria converter-se na Lei Estadual de Agrotóxicos, tínhamos como único objetivo a preservação da saúde da população, face à proliferação desmedida de venenos agrícolas. O trecho que acabei de ler foi parte integrante da justificativa daquele projeto, e bem demonstra que até aquele instante a sociedade brasileira era um imenso balão de ensaio, onde as multinacionais do setor despejavam continuamente toneladas de agrotóxicos, sem atentar, inclusive para as mutações genéticas e mortes para intoxicação que esses produtos vinham ocasionando.

De todos é sobejamente conhecido: o uso indiscriminado de produtos agrotóxicos, que há muito tem sua comercialização e uso proibido nos países de origem, trazem consequências extremamente graves ou letais para as pessoas que com eles tem contato, seja na aplicação, seja através da ingestão de alimentos contaminados.

Após quase dois anos de vigência da Lei de Agrotóxicos, as estatísticas oficiais referentes ao número de pessoas intoxicadas com estes venenos caiu acentuadamente; isto porque, o decreto que regulamentou aquela lei, determinou que todos os produtos agrotóxicos vendidos no Estado fossem cadastrados na Secretaria de Agricultura, ficando proibida a venda dos venenos mais perigosos à saúde da população. As intoxicações continuam acontecendo ainda, em dois casos principalmente: Quando o agricultor não segue adequadamente o modo de aplicação dos produtos autorizados, ou quando, apesar da proibição e da fiscalização da Secretaria, o agrotóxico proibido é exposto nas prateleiras das lojas do ramo.

Aliás, ainda recentemente, as novas autoridades federais do setor agrícola, finalmente sensibilizadas e desprovidas dos interesses que as anteriores mantinham com as multinacionais produtoras e distribuidoras de agrotóxicos, resolveram proibir a comercialização de 12 produtos organoclorados, ainda extremamente usados em todo o território nacional.

Também a Secretaria de Estado da Agri-

cultura, com o seu Programa de Manejo Integrado dos Solos, além da fiscalização a que já me referi, vem dando uma importante contribuição neste assunto específico; é que este Programa prevê a implantação de Micro-Bacias, através da preservação das matas ciliares e da construção de curvas de nível nas propriedades agrícolas. Só assim, e também com um trabalho de conscientização junto aos produtores rurais, ressaltando as diversas vantagens deste sistema e da necessidade de um uso controlado de pesticidas e herbicidas, estaremos evitando que aqueles detritos tóxicos e solúveis em água, venham a escorrer para os mananciais hídricos, poluindo-os.

Aqui, insiro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Município de Ubatã, na região de Campo Mourão, assim como a maior parte dos municípios paranaenses, não ficou à margem deste Programa: também ali foi estabelecido que no traçado do Rio Água Grande, seriam executados trabalhos de engenharia agrônômica para a proteção do solo, água e controle da erosão rural. Efetivamente, naquela região os recursos naturais estavam bastante deteriorados devido ao descuido com que sempre os proprietários rurais trataram a terra e ao descuido no uso de agrotóxicos.

Embora todos estivessem inicialmente dispostos a tomar em ombros a árdua tarefa de recuperar a Bacia do Rio Água Grande, os recursos financeiros estão faltando aos agricultores e ao Município. Mas o fato mais grave é que devido a inexistência de matas às margens do Água grande, pois tudo foi derrubado para dar lugar às plantações, quantidades imensas de agrotóxicos são despejadas naquele manancial cada vez que chove, tornando um risco o abastecimento de água à cidade de Ubatã, que ali é feito através de um sistema de captação.

A denúncia, extremamente grave, veiculada pelo periódico "Folha de Londrina" no dia 05 de setembro, de que a cidade de Ubatã, com 30 mil habitantes estaria tomando água contaminada, merece a necessária averiguação por parte dos técnicos da SANEPAR e da SUREHMA. É evidente que onde não existe uma determinada área de mata natural às margens dos rios, a probabilidade de que aquela água esteja contaminada é quase total, haja visto as culturas que avançam até quase ao seu leito; além disto, como já ressaltaram as autoridades médicas do município, e entidades como o Lions Club, as análises deverão ser feitas logo após as chuvas quando os venenos seriam facilmente identificados na água do rio.

Embora a SANEPAR tenha já informado que a qualidade da água da rede pública de Ubatã esteja dentro das padrões estabe-

lecidos pelo Ministério da Saúde, talvez como medida preventiva fosse mais adequada a captação subterrânea, através da perfuração de poços, conforme já solicitou a população.

O perigo de que, eventualmente, os ubiratanenses venham a consumir água na qual está dissolvido qualquer produto químico estranho à composição normal ou tolerada é muito grande, e requer uma análise mais assídua por parte dos órgãos estaduais competentes.

Os exemplos que nos levaram à elaboração da Lei de Agrotóxicos, são-nos ainda extremamente presentes e dolorosos; principalmente por sabermos que os países e a população do 3.º Mundo sempre arcaram com o ônus da imprevidência e da dependência dos países mais ricos, onde as empresas produtoras de venenos agrícolas permanecem na impunidade.

Daí a nossa preocupação face às notícias de contaminação da principal fonte de abastecimento da cidade de Ubatã."

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, cumprimento Vossa Excelência pelo assunto que traz, hoje, à consideração não só deste Plenário, mas, de todo o nosso Estado do Paraná.

Realmente, quando, em conjunto com Vossa Excelência, deputado sabino Campos e Deputado Paulo Furiatti, nos somávamos na apresentação de um projeto de lei que deveria originar na Lei dos Agro-Tóxicos, neste Estado, tínhamos a certeza e a consciência de que estávamos trabalhando em favor de uma causa nobre, que era a saúde do povo paranaense e desta Nação.

E muito mais orgulhosos, tenho certeza, todos nós estamos, a partir do momento em que o Governo Federal vem de tomar uma medida das mais elogiáveis, ao proibir a comercialização de um bom número de produtos organo-clorados.

Realmente, o problema das intoxicações em nosso Estado, ainda perdura. Carece implementarmos, ainda com muito mais rigor, quem sabe, implementarmos em sua totalidade, a lei dos agrotóxicos. Carece, também, que venhamos a desenvolver com muito mais entusiasmo, o programa estadual do meio-ambiente que, no início, teve uma discussão ampla em todas as regiões, e que, no presente momento, nos parece estar um tanto parado. Em função disso, é nosso entendimento que ele deveria ser estimulado. Como também, o Conselho Estadual do Meio-Ambiente, projeto do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por nós aprovados por esta Assembléia Legislativa, que deveria ser implementado, para que, somado ao que determina a lei dos agro-tóxicos, aprovado também por esta Assembléia e sancionado



pelo Governador José Richa, pudéssemos, de posse de todos estes mecanismos, de todos estes esforços, coibir situações como essa que Vossa Excelência relata, no caso específico de Ubatatã, que é um fato realmente lastimável, e que, nós temos certeza, não está a ocorrer somente no Município de Ubatatã, mas com toda certeza, em muitos outros municípios do Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência por trazer este assunto novamente à discussão. Assunto que deveríamos estar aqui discutindo, no nosso entendimento, no dia a dia, porque os agrotóxicos, os venenos agrícolas estão a nos matar dia a dia, e nós não estamos no dia a dia combatendo e alertando a população para isso.

Meus cumprimentos pelo brilhante pronunciamento que traz Vossa Excelência a conhecimento desta Casa e de todos nós paranaenses.

O SR. RUBENS BUENO.- Aliás, Deputado Orlando Pesuti, Vossa Excelência, juntamente com os Deputados Paulo Furiatti e Sabino Campos, ao apresentar o projeto de lei de agrotóxicos do Paraná, hoje se torna um exemplo para o País mesmo porque o substitutivo apresentado pelo Deputado Paulo Furiatti, teve o condão, teve a preocupação, de fazer com que nossa lei fosse a mais moderna possível. Por isso, quem está de parabéns, mais uma vez, é a Assembléia legislativa do Estado do Paraná, que está dando um exemplo ao Brasil. Além do que aconteceu recentemente com a socialização do livro didático.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Rubens Bueno, quero parabenizá-lo por essa explanação importante, principalmente sendo Vossa Excelência um dos autores da Lei Estadual de Agrotóxicos, e dizer que, assim como um relato dos casos de Ubatatã, o Paraná todo está propenso a continuar nesta escalada, se algumas medidas complementares ainda não forem tomadas por parte do Governo Federal, visto que nós aqui no Estado do Paraná, através de uma lei estadual da qual Vossa Excelência é um dos autores, é através de uma ação complementativa da Secretaria da Agricultura, estamos em primeiro lugar ao combate a este tipo de produtos. E apenas para realçar um princípio, mesmo com a proibição dos clorados no Paraná, nós tivemos uma das maiores safras agrícolas do Estado do Paraná no ano que passou. Isto a comprovar que inúmeros produtos destes, venenos agrícolas consumidos no dia a dia, não são absolutamente necessários.

Nós não precisamos deles na verdade, apenas estão aí a aumentar os gordos lucros das multinacionais.

Parabenizo Vossa Excelência por mais esta explanação límpida que traz a esta Casa, de forma a realçar a luta que todos nós temos em relação a este assunto. Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa excelência, o qual incorporo ao meu pronunciamento, deixando claro a esta Casa que Deputado Paulo Furiatti, também fazia parte deste encontro de conservação do solo em Ubatatã quando denúncia foi efetivada pelas lideranças locais.

Agradeço, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos a Liderança do PDT se deseja utilizar de seu horário. Com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O objetivo da nossa presença na Tribuna é para reclamar junto ao Governador José Richa, o atendimento às justas reivindicações que professores e funcionários das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, encaminharam ao Governo do Estado.

E como não foram atendidos pelo Governador José Richa, professores e funcionários estão em greve desde a semana passada. É lamentável, porque há o prejuízo, prejuízo muito grande para aqueles que com sacrifício conseguiram ingressar na Universidade. Pessoas que se deslocam, às vezes, de um município para o outro, onde há sede da Universidade, para poder estudar.

Mas, infelizmente, o Governador José Richa até agora não atendeu essas reivindicações, que são poucas. O que pedem aqueles funcionários? Pedem uma melhoria salarial, estabilidade no emprego, garantia de emprego para o representante sindical, porque o representante sindical pode ser demitido, porque no uso de sua atribuição sindical, ele vai negociar junto ao Governo; ele é aquele que enfrenta a parada, que vai brigar, no bom sentido, com o Governo, para conseguir as vantagens que os funcionários da Universidade reclamam. E, como não há estabilidade, pode ocorrer que o representante sindical seja demitido.

Eles pedem uma creche para cinquenta crianças, pedem um restaurante no Campus Universitário; mas, somando a nível de Governo, e considerando que, o pobre quase não frequenta mais a Universidade, porque o ensino é caro, e está afastando o pobre dos bancos universitários, nós vemos que o Governo, de certa forma, tem a obrigação de atender aos professores e funcionários que estão reclamando.

Nada mais, nada além, do que aquilo

que o Senador José Richa prometeu, como candidato a Governador, de dar ao funcionalismo público um padrão de vida melhor e a garantia no emprego.

Como isso não aconteceu, estamos apresentando um projeto de lei, e pedimos o apoio dos Deputados do PMDB, do PDS, da Frente Liberal, para que apoiem este projeto que trazemos em nome do nosso Partido, o PDT, para que todos os funcionários celetista, que são quase vinte mil no Paraná, sejam transformados em estatutários. Isso vai representar garantia de emprego para funcionário, para evitar que na troca de Governo, por perseguição político, por mesquinha, o funcionário seja jogado no "olho da rua". É bom lembrar, que o Governo do Paraná recolhe por mês, só de sua parte, só da parte patronal, dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, para a Previdência Social; transformando-se os celetista em estatutários, o Governo do Paraná vai ficar com este dinheiro aqui mesmo no Paraná, e não terá mais este compromisso com a Previdência Social.

E em resumo, é um projeto humano, de grande alcance social, e que dá até economia em cruzeiros, para o Governo José Richa.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com relação a assembléia geral, que os bancários fazem hoje, no Estádio Atlético. Vão decidir se entram ou não em greve geral, a partir de amanhã. É bom lembrar que o Governo da Nova República não tomou nenhuma punição contra os banqueiros. Aliás, o Governo da Nova República está minado de banqueiros, encabeçados por Olavo Setúbal. Os banqueiros tiveram, de seis meses para cá, 500% de lucro, lucro conseguido à custa da falência, de concordata, de título protestado, e até do suicídio, porque até no Paraná, em Jandaia do Sul, um homem se jogou debaixo das rodas de um trem, desesperado porque não podia pagar empréstimo que contraiu num Banco. Em Recife, há pouco tempo, um outro pai de família, apavorado, não poderia pagar ao Banco, acabou se afogando, e deixando uma carta para a família.

Nós temos casos há todo instante; temos caso, em que o próprio Banco do Brasil, que é Banco do Governo, empresta dinheiro para o lavrador, e se não houver uma boa colheita, e o lavrador não puder pagar, o pequeno empréstimos, o Banco toma a propriedade do lavrador sem nenhuma cerimônia. Os banqueiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são homens de coração de aço, são homens desumanos, alguns até verdadeiros bandidos, marginais, como tivemos há pouco tempo, o caso do Sr. Garnerio e de tantos outros, que ludibriaram, que roubaram o nosso Brasil e que jamais irão para a cadeia, porque certamente estão com o

dinheiro depositado na Suíça e o dinheiro vai acabar falando mais alto. É por isso, Sr. Presidente, quando vemos o bancário fazendo uma luta por vida melhor, por um salário um pouco mais justo, nós levantamos a nossa voz em apoio a esta classe que, quando comete qualquer erro no serviço, tem que apagar.

Às vezes, um pai de família, um pobre caixa, se ele fizer um pagamento a mais para um cliente e se houver diferença no seu caixa, ele paga do bolso, porque o banqueiro nada perdoa. Ao banqueiro só interessa o lucro, mesmo que seja à custa da morte, da falência, de suicídio, da miséria, do empobrecimento do nosso povo. Os banqueiros vão muito bem: 500% de lucro, mas o nosso povo está aí com fome, o nosso povo está empobrecido, angustiado, diante de um Governo que nada faz para impedir que os Bancos tomem tanto dinheiro do nosso povo.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu ouço Vossa Excelência e estranho quando Vossa Excelência pede punição para banqueiros e eu creio que na Nação não tem que se punir banqueiros nem bancários. O que nós necessitamos na Nação é de reverter o quadro de injustiça que esta Nação tem. Estranho e lamento que Vossa Excelência não tenha somado voz com o PMDB no passado, quando esta política que degenerou o tecido social desta Nação, foi capitaniada pelo Ministro Delfin Neto, do mesmo Partido de Vossa Excelência. Hoje, Deputado...

O SR. ANTONIO BELINATTI - Eu gostaria que Vossa Excelência trouxesse uma palavra sequer em toda a minha vida, de apoio a qualquer banqueiro que explorou o povo ou ao Senhor Delfin Neto. Desafio Vossa Excelência a trazer uma só palavra.

O Sr. Caíto Quintana- Infelizmente, não vi nenhuma de reclamação também de Vossa Excelência quanto à política desastrosa implantada pela Revolução que foi durante 21 anos sustentada pelo Partido e o senhor nesta Casa.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Que foi também o partido de Vossa Excelência.

O Sr. Caíto Quintana- Mas, nobre Deputado, o que importa nesta Nação no dia de hoje, é procurarmos corrigir os erros e distorções do passado, procurarmos recuperar o salário do trabalhador brasileiro, do bancário, do estivador, do trabalhador do comércio, da indústria, matéria aliás, de dificuldade enorme para o nosso Governo, visto que todos os segmentos estão de-

gerados dessa Nação. Nós somos plenamente solidários ao movimento dos bancários na justa reivindicações por melhores salários.

No entanto, temos a lembrar de que nesses anos inteiros de autoritarismo, degeneraram todo esse processo, capitaniados pelo Ministro chamado Delfin Neto que escancarou as portas econômicas desta Nação, para o lucro dos grandes Bancos. Hoje, o trabalho de nossa Bancada tem sido constante, de apoio e interdição à reivindicação especificamente dos Bancos do Paraná, no apoio irrestrito às suas reivindicações e esperamos só que naja coerência, bom senso...

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - É bom lembrar que o Delfin Neto era do Partido da Arena. Vossa Excelência foi da Arena também. Eu nunca fui da Arena.

O Sr. Caíto Quintana- Não, nobre Deputado. Entrou no PDS. Entrou no PDS.

Para que nós não venhamos, através do incendiamento das questões, dificultar o próprio diálogo que está mantendo o Sindicato dos Bancários com os banqueiros com vistas a uma solução que interessa a todos, que é a melhoria salarial. Essa interessa aos bancários. Nem a greve interessa a eles. Interessa o acordo que está sendo hoje à tarde procurado fazer entre o seu Sindicato e o Sindicato dos Bancos.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Agradeço a Vossa Excelência, mas digo que é impossível, Excelência, não querer punição para os banqueiros. Se não houver uma punição para diminuir o lucro dos banqueiros, os banqueiros certamente jamais serão atendidos.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para encerrar, queria saudar os Agentes de Segurança que estão visitando a Assembléia Legislativa, e fazer um apelo ao Governo José Richa, porque os Agentes de Segurança estão travando uma batalha há muito tempo para serem equiparados aos detetives. É estranho que no Paraná não haja a equiparação, porque eles desempenham as mesmas atividades e por sinal, o Agente de Segurança acaba se expondo muito mais ao risco de perder a vida para defender a segurança do nosso povo, às vezes para prender um assaltante, um criminoso, mas infelizmente a política salarial do Governador José Richa até agora não atendeu os Agentes de Segurança.

E nós continuaremos aqui, como já fomos também à assembléia deles para pedir que o Governador José Richa, que prometeu tanto na campanha e que teve o apoio dos Agentes de Segurança para ser eleito Governador, que Sua Excelência não se esqueça do que prometeu.

Os Agentes de Segurança estão aí na galeria, pedindo que este Governo, encabeçado por José Richa, sejam um governo humano, e que cumpra o que prometeu dando um salário mais justo, mais humano e faça essa equiparação. Porque não dá para entender, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que um detetive ganhe duas, três vezes mais o salário de um Agente de Segurança aqui no nosso Paraná.

E quando o povo clama por segurança, nós temos, Sr. Presidente, que defender o direito da segurança, mas defender também o direito do Agente de Segurança de ser bem remunerado para trabalhar com tranqüilidade, para não sair de casa nervoso, irritado, perturbado com as contas que tem que pagar, com uniforme, com o material, com o remédio para os seus filhos.

O nosso apoio a essa classe dos Agentes de Segurança. (Palmas).

O Sr. Nelson Vasconcelos)- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, peço um aparte a Vossa Excelência para voltar ao primeiro assunto abordado por Vossa Excelência nesta tarde, a respeito dos funcionários e professores das três Universidades do Paraná.

Posso informar a esta Casa que ontem houve uma assembléia na Universidade de Ponta Grossa, e os professores decidiram não optar pela greve, reconhecendo que as reivindicações, quase todas elas já foram atendidas pelo Governo e pela Reitoria e as negociações continuam a bom nível entre os professores, a Universidade e o Governo do Estado. Não houve greve em Ponta Grossa e a nossa Universidade está solidária, inteirinha com o Governador José Richa.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Bom, os professores e funcionários da Universidade de Londrina e da Universidade de Maringá, acho que não são mentirosos também, e eles continuam em greve dizendo que não foram atendidos pelo Governo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, era este o pronunciamento e o nosso apoio a este Movimento que vem sendo travado há muito tempo pelos Agentes de Segurança, na certeza e na esperança de que o Governo atenda a essa reivindicação muito justa dessa classe que às vezes perde a vida para poder dar a segurança que todos nós precisamos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Nilso Sguarezi)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Consulto à Liderança do PDS se deseja usar do seu horário. Havendo declinado, passa-

mos à Ordem do Dia, alias, consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal se deseja utilizar do seu horário.

O SR. IVAN GUBERT - Sete minutos para o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, por sete minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença nesta tribuna democrática é apenas para render homenagem à classe dos Agentes de Segurança, que se não me falha a memória, tramita nesta Assembléia um requerimento do Deputado Anibal Khury que visa amparar esta classe que tem o legítimo direito de ser equiparada.

Nós, como humilde representante do Partido da Frente Liberal, achamos a justa homenagem para que esta equiparação dentro da estrutura e do complexo do Estado seja efetivada. Porque, Agente de Segurança arrisca a sua vida em benefício de nossa terra e de nossa gente!

O Deputado autor deste projeto não olhou a não ser para a justiça de nossa terra, ao procurar equiparar, Sr. Presidente, Srs. Deputados,, essa classe sofrida que muitas vezes arrisca a sua própria vida em benefício da coletividade!

Fala-se, muitas vezes, em se beneficiar classes, mas o Deputado autor deste projeto não visou senão, a justiça social, a justiça que o nosso Partido, o Partido do futuro Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, luta também, pela igualdade de sua gente da sua terra!

Queríamos, neste instante, fazer um apelo à Bancada da Situação - que agilizem para que haja essa equiparação dos Agentes de Segurança, que recebem um salário mingado, muitas vezes trabalhando diuturnamente em defesa da família paranaense. Queríamos, sem a intenção de bajular, dar parabéns ao Deputado da Bancada do PMDB, Deputado Anibal Khury, por esta iniciativa que nós sabemos, será vitoriosa! Porque já dizia o adágio popular, "dai a César o que é de César" - vamos dar a devida justiça a essa classe nobre que luta por nossa terra, e por nossa gente!

Se. Presidente, ilustres membros da minha Bancada, ilustres membros da Bancada do PMDB, aguardamos que este projeto seja aprovado, aprovado por unanimidade da Bancada do PDT, do PDS e da nossa Bancada, e da gloriosa Bancada do "senta-levanta"!

Muito obrigado.(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tive o prazer de receber há poucos instantes, um expediente, do Presidente da Associação dos Agentes de Segurança Withemberg Gomes Mendes, que me chegou às mãos, através do meu prezado amigo agente Lima, com quem tive o prazer de trabalhar há alguns anos atrás, na Secretaria de Segurança; é na pessoa do Lima que eu homenageio todos os agentes aqui presentes, que realmente merecem aquilo que estão reivindicando no dia de hoje.

O que eles pedem, Sr. Presidente e Srs. Deputados?

Eles pedem, no seu expediente, que, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa aprove um projeto de lei do Deputado Anibal Khury, que pretende que, todos os agentes de Segurança passem à categoria de detetives.

Aparentemente, este projeto de lei está eivado de alguma legalidade, pois o Artigo 47 da Constituição diz ser isso atribuição do Sr. Governador do Estado. Mas, prezados agentes de Polícia, eu tenho certeza de que os Deputados de todos os partidos presente nesta Casa, farão a aprovação deste projeto de lei, porque ele é, antes de tudo, uma questão de justiça.

O Direito nos ensina que a isonomia deve existir. E a isonomia não é nada mais nada menos do que se pagar igual para aqueles que exercem igual função ou atividade. E no dia a dia realmente, agentes de Polícia e detetives têm atribuições muito semelhantes.

O Decreto 4884 que faz a discriminação das funções do agente e do detetive, nos mostra, claramente, quão próximas que elas são. Então, prezados Agentes, a Comissão de Constituição e Justiça que vai se reunir hoje, eu tenho certeza, irá aprovar este projeto de lei do Deputado Anibal Khury. E o que é mais importante, quando vier a esta Plenária este projeto de lei, eu tenho certeza também será aprovado. E aquela aparente ilegalidade, eu tenho certeza que será sanada pelo Sr. Governador do Estado, que com o seu autógrafo permitirá que seja extinta, conforme diz o artigo 1.º do projeto de lei do Deputado Anibal Khury. A carreira de agente de Segurança passando seus ocupantes a fazerem parte da carreira do detetive.

É uma questão de direito, é uma questão de justiça que isso ocorra. E, tenho certeza, aos Srs. representantes de todos os agentes de Segurança do Paraná, esta Casa vê com bons olhos, o meu Partido, o Partido da Frente Liberal, entende que realmente esse projeto ser aprovado é, realmente, uma necessidade.

Gostaria ainda de fazer um apelo desta tribuna ao Sr. Governador do Estado, para

que também atenda uma outra área ligada à Secretaria de Segurança Pública. Nós temos 163 concursados que ainda não foram nomeados pelo Sr. Governador do Estado. São pais de família, são pessoas que fizeram o concurso e o curso na Escola de Polícia e estão aguardando que o Sr. Governador do Estado os atenda nesse direito que foi adquirido através de concurso público.

Isto não ocorreu até hoje, por culpa exclusiva do Sr. Governador. Quando se faz um concurso público, existe uma lotação pré-determinada para essa nomeação. A Secretaria de Segurança informou, através da Imprensa - que os 86 agentes, 20 carcereiros e os 57 delegados aprovados, já tiveram todo o material para sua nomeação e até o momento não tivemos essa nomeação realmente efetivada.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. IVAN GUBERT - Em seguida. Pediria à Liderança do PMDB que leve a reivindicação desta Casa no sentido de que o Sr. Governador do Estado também atenda esta reivindicação desses 163 concursados. Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana- Concordo com Vossa Excelência quanto à preocupação em relação aos agentes de Polícia que ainda não foram chamados. No entanto, nobre Deputado, na condição de Líder do meu Partido, não posso concordar quando Vossa Excelência diz que por culpa única e exclusiva do Sr. Governador José Richa. Porque muitas e muitas vezes, nobre Deputado, o chamamento ocorre até dois anos. Porque quando foi feito o edital para o concurso, esse próprio edital colocou uma validade no concurso de dois anos. Evidentemente, logicamente, o Governo tem esse tempo para chamar. No entanto, Vossa Excelência, e os agentes, amanhã, detetives, delegados, sabem também, que o Governo do Estado, procurando cobrir a deficiência da Polícia Civil no Estado do Paraná, vem realizando concursos constantes tanto para a Polícia Civil quanto para a Polícia Militar, preparando homens para poderem ingressar nessa Polícia.

As dificuldades orçamentárias têm de ser levadas em conta, a possibilidade, o chamamento têm que ser levada em conta. E digo a Vossa Excelência num apelo que Vossa Excelência faz: temos mantido contato com estes agentes e delegados que ainda não foram chamados, mantendo contato com a Secretaria, com a área de Finanças do Governo para tentar esse chamamento.

Não estamos omissos; sabemos que o Secretário de Segurança tem o maior interesse, a maior boa vontade nesse chamamento, embora repito: os agentes e os delegados sabem que, quando aceitaram o concurso, fi-

zeram o concurso e no chamamento do edital previam dois anos para serem chamados, e que o Governo do Estado está encurtando esse tempo, fazendo o possível e o impossível, cortando verbas de reconstrução de delegacia, de compra de equipamento, de compra de armamento para jogar na verba de pessoal e pode chamar esta gente.

Então, a única coisa que contesto no que diz Vossa Excelência, embora veja com bons olhos a sua solidariedade, é o fato de dizer que por culpa do Governo do Estado. Não há culpa do Governo do Estado, que está fazendo o possível para poderem esses homens integrar a nossa polícia. Obrigado.

O SR. IVAN GUBERT - Nobre Líder Caíto Quintana, agradeço o aparte e gostaria de tecer só um comentário: em primeiro lugar, tenho certeza que todos os concursados vão se sentir felizes com esse aceno de uma breve nomeação; em segundo lugar, naturalmente a validade de todo concurso, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos, é de dois anos e o assentimento a ter obrigação para se fazer o concurso. Mas é claro que a perspectiva de um concurso também traz a perspectiva de uma nomeação, e essa nomeação é o que as famílias desses concursados têm em mente a curto prazo. E se existe um problema de se tirar dinheiro de investimento para custeio, parar delegacia para jogar em pessoal, é um problema realmente orçamentário que eu não diria que é a má administração, mas uma pequena falha orçamentária que eu me permitiria comentar em outra oportunidade.

O Sr. Jorge Maia Filho- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu queria, reforçando Vossa Excelência, discordar do nobre Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, quando diz que o Governo tem problema orçamentário. Nós sabemos, nobre Deputado, que o Governo nomeou há pouco tempo mais de 250 cargos para o Palácio Iguazu que, num levantamento feito, se fosse pôr esses funcionários no Palácio, teria que duplicar o Palácio para caber os funcionários.

Então, não é justo que se tire dinheiro da construção de delegacia, de orçamento e de aparelhamento para a Polícia para encaixar esse pessoal. Então, vamos eliminar aqueles funcionários que não trabalham na Casa Civil e dar condições a esses concursados. Muito Obrigado.

O SR. IVAN GUBERT - Eu Agradeço o aparte, Deputado Jorge Maia Filho. E para concluir o meu pronunciamento, eu gostaria de voltar ao meu tema inicial, só dizendo aos prezados agentes de segurança: tenho certeza que se depender desta Casa, se de-

pendar dos Deputados do Partido da Frente Liberal, os vencimentos de vocês serão compatíveis, e vocês terão a igualdade de condições com os detetives que vocês esperam há tanto tempo.

Muito Obrigado. (Palmas da galeria)  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Dirceu Manfrinatto, Djalma de Almeida César, Rubens Bueno e Caíto Quintana, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. (Public. no D.A. da Assembléia Legislativa e em Avulsos, para conhecimentos dos Srs. Deputados).

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO - 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL, e EMENDAS da COMISSÃO ESPECIAL de 01 à 04 e por apreciar as de números 01 à 09, de PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apresento a Questão de Ordem com base no parágrafo 5.º e 6.º do artigo 139, do Regimento Interno da Casa. No que diz respeito às emendas ao Projeto de Lei 217/84, as emendas de n. 1, 2 e 3, porquanto as mesmas deverão não ser recebidas pela Mesa com amparo regimental, editada pelo parágrafo 5.º do artigo 139. Levanto a Questão de Ordem para a decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Vossa Excelência, se bem entendi, requer a retirada das Emendas n. 1, 2 e 3?

O SR. TRAJANO BASTOS - (Pela Ordem) - Esclareço a Vossa Excelência que não sou autor das emendas e, portanto, não posso requerer a sua retirada.

O que eu requeiro na Questão de Ordem é o arquivamento com base no Artigo 139, aliás, 140, § 5 e 6 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Efetivamente, o Regimento estabelece no seu § 5: "não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal. E ainda disciplina que nesta eventualidade, diz o § 6, "A Mesa fará publicar na ata dos trabalhos da Assembléia qualquer emenda que houver recusado com fundamento no § anterior."

Eu acato a Questão de Ordem de Vossa Excelência, não com base no Regimento. Com base na Constituição Federal, Artigo 184, em que estabelece: "Cessada a investidura



no cargo de Presidente da República, quem o tiver exercido em caráter permanente, fará jus a título de representação ao subsídio mensal e vitalício". E com base ainda no Artigo 147 da Constituição do Estado do Paraná nas suas disposições transitórias em que estabelece a mesma linha da Constituição Federal como caráter privativo da Constituição do Estado a concessão de pensão a quem tenha exercido o cargo executivo. Em consequência, a Mesa determina a publicação das 3 emendas que ficam retiradas.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela Ordem) - Em função da Questão de Ordem decidida por Vossa Excelência, retiro o requerimento que se encontra sobre a mesa porque o mesmo perde o seu objeto, que era a votação nominal das emendas. Solicito a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa consulta o Deputado Paulo Furiatti, também subscritor deste requerimento se o retira.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Em relação às emendas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa gostaria de, tendo em vista de se tratar de duas matérias no presente requerimento, a Mesa devolve aos Senhores Deputados a fim de que ajustem o que um requer e que outro desiste.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Retiro o requerimento de votação nominal nos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Deferido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, trata-se na verdade da votação da Lei Orgânica que para efeito de Regimento Interno desta Assembléia Legislativa se equipara a código.

Consequentemente, esta matéria só pode ser votada em bloco e não em emendas avulsas como meu entendimento, erroneamente, a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa está colocando em votação.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa que deve ser respeitado e que estabelece a forma de votação da lei complementar ou de leis que se equiparam a códigos, estabelece num dos seus artigos a necessidade da votação por capítulos ou em blocos das matérias equivalentes a códigos ou a lei complementares.

Assim sendo, apesar de não estar convencido das razões levantadas pela Mesa,

com relação às emendas propostas. Mas, indagado de Vossa Excelência, Vossa Excelência colocará em votação alguma emenda?

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - O projeto foi apreciado e aprovado. Nós estávamos na fase de votação das emendas e em sessões anteriores foram retiradas por parte dos seus autores as Emendas n. 4, 5 e 6.

A Mesa colocaria em votação as demais emendas restantes que seriam as Emendas de n. 7, 8 e 9.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Data Vênia, no meu entendimento, a Mesa não deve colocar em votação emenda individual, mas sim as emendas por capítulo, de acordo com o que estabelece o Regimento Interno.

Ou a Mesa coloca em votação todas as emendas ou a Assembléia Legislativa do Paraná cumpre o que determina o Regimento Interno, e o Regimento Interno é claro, quando estabelece que, para Leis desta natureza, como o Código Municipal que nós estamos aprovando ou a lei Orgânica dos Municípios, é preciso que as emendas sejam votadas em bloco ou por capítulos.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa lamenta não poder atender a Questão de Ordem muito bem formulada por Vossa Excelência e o faz com base no artigo 26 da Constituição Estadual, que prescreve:

As leis complementares à Constituição, serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das Leis Ordinárias.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então Vossa Excelência deve se socorrer da assessoria da Presidência, para verificar que nos projetos de lei para constitucional, de leis complementares à Constituição, é necessário um critério, um rito especial para votação, especialmente das emendas.

Vossa Excelência deve ter às mãos o Regimento Interno, que estabelece para os códigos e para as leis complementares a Constituição Estadual, uma forma, um procedimento de votação diferentemente da Lei Ordinária, isto é, só podem ser votadas por capítulos as emendas e não individualmente.

Como nós estamos com emendas, que tratam sobre diversos assuntos, a consulta que eu faço a Vossa Excelência, é a seguinte:

Se Vossa Excelência colocar em votação uma emenda referente a por exemplo: o problema de vencimento, de pensão de Prefeitos, Vossa Excelência ao invés de colocar apenas a emenda, deve colocar em vota-

ção o capítulo referente a vencimentos de Prefeitos Municipais, nos termos do Regimento Interno, como que igualmente, se Vossa Excelência colocar em votação territorial do município, Vossa Excelência deve colocar em votação o capítulo. Ao Plenário cabe decidir se acolhe a emenda contra o estabelecido naquele capítulo específico ou não, para o critério de votação seja o legal, isto é, de acordo com o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Muito embora Vossa Excelência não tenha nominado o Artigo a que faz alusão, a Mesa entende que não haja prejuízo para votação, no simples fato de colocar o capítulo a que se refere determinada emenda, porque todas as emendas, elas se referem a determinados artigos e estão muito claramente redigidas.

Eu entendo de que não há prejuízo para votação no fato de colocar cada emenda dentro em si em discussão e em votação, e o próprio Regimento no artigo 165 orienta:

Na segunda discussão, que é o caso, será votado em primeiro lugar o projeto que já foi, artigo por artigo, não foi votado e em seguida as emendas uma a uma, então não vejo prejuízo para a Casa se manifestar em matéria que, no meu entendimento, está vencida e a Mesa colocará então em votação a Emenda n. 7, que tem a seguinte redação:

Artigo VII § 1.º - Não poderão ser criados municípios no ano das eleições municipais.

§ O Plebiscito como ato preparatório, sempre que possível deverá ser realizado concomitantemente com as eleições majoritárias que antecederem as eleições municipais.

Está em votação a referida emenda.  
APROVADA por unanimidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa atende e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada dos Senhores Deputados).

1.ª chamada -

2.ª chamada - 39 Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. SECRETÁRIO - Presentes trinta e nove Senhores Deputados.

O Sr. Caíto Quintana - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Senhor Presidente, gostaria de consultar à Mesa, antes do procedimento de verificação, em virtude do que dispõe o artigo 176 no seu parágrafo primeiro e segundo.

Parágrafo 1.º, Senhor Presidente.

(Lê):

"Requerida a verificação, o Presidente imediatamente convidará a levantar-se os Deputados que votarem a favor, a fim de se proceder a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votarem contra, para ser também procedida a contagem, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra." Parágrafo 2.º: "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma ..."

Entendo eu, Senhor Presidente, que a chamada nominal, o Deputado que respondeu a chamada nominal está presente em Plenário, e de acordo com aquilo que interpretado, se o parágrafo 2.º diz que é vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada a proposição, se ele está presente para responder a chamada, ele está presente para votar e não pode sair. De sorte que requeiro a Vossa Excelência que proclamado o resultado, aqueles que votaram a favor e aqueles que votaram contra, os demais sejam considerados presentes embora não tenham votado.

O Sr. Erondy Silvério - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - É com referência ao assunto? Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O Sr. Erondi Silvério - E para orientação de Vossa Excelência ao responder a questão de Ordem. Tem toda razão nobre Líder do PMDB. Sugiro a Vossa Excelência, já que é numeroso o corpo de guarda de segurança nesta Casa, que Vossa Excelência coloque dois em cada porta para impedir a saída de Deputados, para atender a sugestão do nobre Líder do PMDB.

O Sr. Paulo Furiatti - (Pela Ordem) - Na verdade não se trata de impedir a saída do Deputado, mas cumprir o Regimento Interno. E entender que quem responder a chamada nominal está presente, estaria se abstendo de votar.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa informa a Vossa Excelência que não vê como, na prática, atender o requerimento do nobre Deputado Caíto Quintana. Porquanto, a chamada nominal é para verificar se existe quorum para votação. A verificação a posteriori da não existência de quorum não pode permitir de que o Presidente ou a Mesa determine a presença deste ou aquele Deputado. Isto se fará se a Mesa receber um requerimento de votação nominal. Aí a mesa tem condições, realmente, de nominar os Deputados que votaram.

O Sr. Paulo Furiatti - (Pela Ordem) - Estou encaminhando à Mesa um requerimento para votação nominal por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa aguarda o requerimento de Vossa Excelência.

O Sr. Alberto Oliveira - Vossa Excelência quer fazer a verificação de votação solicitada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa foi notificada pelo Deputado Paulo Furiatti, de que deseja que a votação se processe nominalmente. E a Mesa aguarda a votação nominal, porque a votação nominal tem preferência sobre a votação de verificação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Mas, a verificação solicita, Senhor Presidente, é com relação ao resultado já declinado por Vossa Excelência. E conseqüentemente o novo requerimento não pode estabelecer de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece que a votação não chegou a se verificar. Vossa Excelência pediu verificação e em seguida houve a chamada nominal. Não houve resultado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Mas, Vossa Excelência anunciou o resultado.

Deu a matéria como aprovada. Conseqüentemente Vossa Excelência através deste artigo, pretende estabelecer outra situação? Como é que um fato novo pode estabelecer sobre o que já ocorreu? O resultado já anunciado por Vossa Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa informa a Vossa Excelência, de que a votação não se procedeu. A Mesa anunciou simbolicamente a aprovação da matéria. Vossa Excelência requereu um dos tipos de votação. A verificação de quorum. O Deputado Paulo Furiatti requer outro tipo de votação nominal, tem preferência sobre a verificação de quorum. E recebe o requeri-

mento do Deputado Paulo Furiatti e vai submeter ao Plenário.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência sabe que a decisão de Vossa Excelência não é correta, até porque Vossa Excelência tem que colocar em votação o requerimento. Vossa Excelência tem que colocar em votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A mesa está aguardando o requerimento para colocá-lo em votação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Evidentemente a Mesa não pode paralisar os trabalhos da Assembléia Legislativa à espera de um requerimento.

O Sr. Ivan Gubert - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ivan Gubert.

O Sr. Ivan Gubert - Senhor Presidente.

Quando o Senhor colocou em votação, quando Vossa excelência colocou em votação, e alguém requereu verificação de votação, era um ato posterior à votação. Logo, já foi colocado em votação a matéria. Assim sendo, não cabe agora, posteriormente a uma colocação em votação, um requerimento do Deputado que permaneceu no recinto, e como conseqüência votou, de uma determinada forma, pedindo a alteração da sistemática de votação, por ver que não ia ter o seu ponto de vista, de acordo com aquilo que queria.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência de que na sistemática de votação existem duas maneiras: uma é verificação, a outra é votação nominal. E ambos fora requeridos em tempo hábil. A Mesa vai colocar agora em votação o requerimento do Deputado Paulo Furiatti, que requer votação nominal, para o Projeto de Lei n. 217.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. APROVADO.

O Sr. Ivan Gubert - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela Ordem, concedo a palavra ao senhor Deputado Ivan Gubert.

O sr. Ivan Gubert - Requeiro verificação de votação, do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa

deferir e vai proceder a verificação de votação dos Senhores Deputados.

O Sr. Caíto Quintana - Pela Ordem, Senhor Presidente.  
Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa deferir e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Senhor 1.º Secretário procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - 40 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela Ordem, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu volto a insistir, Senhor Presidente, porque não recorde se Vossa Excelência indeferiu a Questão de Ordem ou não, anterior. Senhor Presidente, nós estamos num processo de verificação de votação. Os Deputados responderam a chamada, por conseguinte estão em Plenário para essa verificação de votação.

O parágrafo 2.º, do artigo 176, Senhor Presidente, diz claramente que é vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição. Eu acredito, Senhor Presidente, que tenha sido liberalidade do Poder Legislativo durante tempo, porque nós não podemos permitir que continue isto.

Os Deputados estavam aqui, responderam a chamada, estão na Casa, estão em Plenário, no entanto, para não perder o jeton respondem a chamada; mas depois saem de Plenário para não votar.

O artigo, senhor Presidente, quer me parecer a interpretação dele que é perfeito. É vedado ao Deputado retirar-se no momento da votação e nós estamos em processo de votação. Portanto, seja considerado os votos dos presentes e aqueles que não votarem simplesmente não votaram, mas estão presentes os quarenta nomes a ser proclamado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência de que não vê como atender o requerimento de Vossa Excelência, porquanto a não presença de

Deputados no Plenário não permite quorum para votação. E a sessão não tendo quorum suficiente não poderá ser feita a votação. Quanto à questão de falta do Deputado, nós podemos entender de que se é isso que Vossa Excelência solicita, a Mesa é evidente de que não pode dar um resultado se não existe número.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece: é evidente, não pode ter o resultado, se não existe número!

Quanto à questão da falta do Deputado, a Mesa poderá proceder a uma verificação realmente, dos Deputados que se encontram no Plenário, para lhes dar presença, apenas aos Senhores Deputados que estão no momento. Quanto a isto a Mesa vê poder regimental para o Presidente, para que a Sessão não se transforme numa farsa!

Agora, a Mesa não vê como, senão no momento da votação, se não tiver quorum, proclamar um resultado, sem o necessário quorum, proclamar um resultado, sem o necessário quorum. Por isso a Mesa vai proceder a verificação de votação requerida, solicitando ao Senhor 1.º Secretário que anote os Deputados, para efeito de computação de faltas e as suas devidas consequências, "a posteriori".

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) - Eu questionaria Vossa Excelência para saber qual vai ser o critério que a Secretaria vai usar, para saber se o Deputado está aqui, ou não, se o Deputado vai ter que levantar a mão, vai dizer seu nome, qual é o critério? Porque no Regimento interno não consta outra forma de votação, que não, chamada nominal, ou votação nominal.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Parece-me que essa questão fica esclarecida à medida que eu solicitei por escrito. À Mesa, votação nominal do meu requerimento, que pede votação nominal ao Projeto n. 217/85.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) - Eu acho que fica bem claro que nós estamos votando, exatamente, o requerimento do Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece que estamos votando, perfeitamente, o requerimento do Deputado Paulo Furiatti; todavia, a Mesa não pode ignorar que estão presentes no Plenário, apenas, o Deputado Quielise Crisóstomo, da bancada do PDS, e Vossa Excelência, da Bancada do Partido da Frente Liberal! E temos a presença de vinte e três Deputados da Bancada do PMDB, já identificados pela Mesa!

O SR. IVAN GUBERT - E quais são eles, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa vai responder:

Deputado Ferrari Júnior, Caíto Quintana, Sabino Campos, Orlando Pessuti, Edmar Luiz Costa, Tadeu França, Rubens Bueno, Nestor Baptista, Antônio Fonseca, Sérgio Spada, Acir Mezzadri, Paulo Furiatti, Trajano Bastos, Adhail Sprenger Passos, Djalma de Almeida César, Homero Oguido, Mário Pereira e Deputado Eduardo Baggio, além da presença do Deputado Antônio Belinatti e, agora, do Deputado Airton Cordeiro.

A Mesa não vê mis ninguém no Plenário, e a esses, a Mesa vai consignar a falta!

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) É uma ditadura, Senhor Presidente!  
(Protestos).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa conclama os Senhores Deputados, a manterem a ordem no recinto!

(Os protestos continuam).

A Mesa vai verificar a votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se; os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se;

Vinte e cinco (25) Senhores Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há quorum para deliberação.

A Mesa consigna a presença do Deputado Odeni Mongruel, Quielse Crisóstomo, Antônio Belinatti e Ivan Gubert.

(Prosseguem protestos de vários Senhores Deputados, ocasionando tumulto!)

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, existe um requerimento de minha autoria, na mesa, para que a votação fosse nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) O Requerimento de Vossa Excelência não teve número para aprovação.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, a votação não foi nominal?

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa conclama aos Senhores Deputados, que pelo Regimento Interno qualquer Deputado poderá falar pela ordem. Invoco aos Senhores Deputados que a Mesa concederá todas as Questões de Ordem levantadas, que os Senhores Deputados conservem a Ordem no Plenário. Pela ordem, o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Vossa Excelência infelizmente acaba hoje, de introduzir, "sponte sua" uma inovação no Regimento Interno desta Casa. Foi feita a chamada nominal dos Senhores Depu-

tados, o registro dos presentes foi feito pelo Senhor 1.º Secretário, Vossa Excelência, arbitrariamente, nomina os Deputados que estão em condição de votar ignorando a chamada nominal, Senhor Presidente!

Nós não nos conformamos com isso, protestamos junto a Vossa Excelência e apelamos a Vossa Excelência que se redima do seu pecado. Vossa Excelência que combateu da tribuna desta Casa o autoritarismo, as atitudes ditatoriais, Vossa Excelência que combateu as agressões ao Parlamento, acaba de introduzir, por sua própria determinação, uma alteração no Regimento, ignorando a presença dos Senhores Deputados.

Lamento ter mais que dizer, que Vossa Excelência se comporta como um Presidente do PMDB e não como um Presidente deste Poder. Vossa Excelência como Presidente, tem que se desvestir da roupagem do seu Partido e ser o presidente do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa responde à Questão de Ordem formulada por Vossa Excelência. Se Vossa Excelência tiver a bondade de aguardar a Mesa responderá. A Mesa entende de que está revestida do poder de preservar a dignidade do Poder. E nesta condição, sob os olhos da Nação, quem está fiscalizando o Poder Legislativo, esta Presidência, que dará falta aos Senhores Deputados do PMDB que não estão no plenário e que não está havendo cor partidária nesta decisão, mas, acima de tudo, o bom nome deste Poder. Não vê como possa esta Presidência, dar presença a Deputados que se retiram do Plenário, cujo Regimento Interno veda, veda a saída do Plenário. Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - É um direito da Minoria da obstrução. Sabe Vossa Excelência, que Vossa Excelência agiu quando era Minoria.

É um direito que nos cabe, legítimo, e Vossa Excelência sabe. Vossa Excelência está extrapolando do seu Poder. Nós votamos em Vossa Excelência infelizmente ou felizmente para ser um juiz, não para ser um Presidente do PMDB.

Vossa Excelência está extrapolando o direito das minorias Senhor Presidente, onde Vossa Excelência acha no Regimento Interno, se nós não temos direito de obstruir, então Vossa Excelência inventou outra lei. Vossa Excelência merece o nosso respeito, mas onde está o nosso direito?

Vossa Excelência com a força coercitiva que não deu falta a seu candidato a Prefeito de Curitiba por trinta (30) faltas consecutivas, que nós vamos mandar requerer, para saber se ele está em serviço do PMDB, para saber se no Paraná existe um partido uno, que é o PMDB.

As minorias têm direito adquirido.

Vimos a esta Assembléia não para servir de capacho do PMDB, mas, para fazermos prevalecer o nosso direito, que, infelizmente, Vossa Excelência, com a força coercitiva, está cerceando. Eu queria requerer de Vossa Excelência quantas faltas foram dadas, quantos jetons foram cortados a seu candidato a Prefeito de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa solicita que corte o som do nobre Deputado.

A Mesa informa ao nobre Deputado Gabriel Manoel que a Mesa não obstruiu o direito da Minoria; a Minoria tem o direito de se retirar do plenário a hora que quiser; ao Presidente e aos Deputados cabem cumprir a Constituição do Estado que no seu artigo 13 estatui: o subsídio dividido em parte fixa e variável, e a ajuda

de custo dos Deputados serão estabelecidos no fim de cada legislatura; o pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao pagamento efetivo do Deputado; a participação nas votações...

(tumulto no plenário)

A Mesa, em virtude da falta de condições, suspende a sessão.

(faz soar os tímpanos).

(Reassume a Presidência da Mesa o Senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está reaberta a sessão e ao mesmo tempo encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.